

ESTRUTURA E DINÂMICA DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL



Estudos da Central de Balanços
Dezembro 2010

2



Banco de Portugal
EUROSISTEMA

ESTRUTURA E DINÂMICA DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL

Estudos da Central de Balanços
Dezembro 2010

2



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

BANCO DE PORTUGAL

Av. Almirante Reis, 71

1150-012 Lisboa

www.bportugal.pt

Edição

Departamento de Estatística

Capa

DSADM Serviço de Edições e Publicações

Impressão

DSADM Serviço de Edições e Publicações

Área de Apoio Logístico

Lisboa, 2011

Reimpressão

1500 exemplares

ISSN 1647-967X (impresso)

ISSN 1647-9688 (*on-line*)

Depósito Legal 320301/10

O universo de sociedades não financeiras utilizado como referência para as estatísticas da Central de Balanços do Banco de Portugal é constituído por cerca de 380 mil sociedades em 2009, sendo na sua maioria micro, pequenas e médias empresas (99.7%). As grandes empresas representam, em número, apenas 0.3% do total sendo, no entanto, responsáveis por 28% do número de pessoas ao serviço e 41% do volume de negócios agregado.

O *Comércio*, as *Indústrias Transformadoras* e a *Construção* são os sectores de actividade mais relevantes. Em conjunto agregam 52% das empresas, 58% do número de pessoas ao serviço e 69% do volume de negócios total das sociedades não financeiras. Em termos de evolução ao longo da última década, é de realçar a perda de importância dos sectores relacionados com a actividade industrial por contrapartida do aumento do peso das actividades de serviços, evidenciando uma clara alteração na estrutura empresarial portuguesa em que ganham relevância sectores maioritariamente ligados a bens não transaccionáveis.

Relativamente à localização geográfica, observa-se uma grande concentração das sedes sociais das empresas no litoral, com destaque para os distritos de Lisboa e Porto. Quanto à natureza jurídica verifica-se um claro domínio das sociedades por quotas (91%), sendo as sociedades anónimas a segunda forma jurídica mais relevante (6%). Em termos de maturidade, cerca de 57% das sociedades não financeiras existem há menos de 10 anos. No entanto, 65% do número de pessoas ao serviço e 71% do volume de negócios encontram-se associados a empresas com mais anos de actividade.

No que respeita à dinâmica empresarial, as empresas de elevado crescimento representam em termos médios no período de 2000 a 2009, 11% do total das sociedades não financeiras, embora o seu peso tenha vindo a reduzir-se nos anos mais recentes. Os dados indiciam, igualmente, que este elevado crescimento se deve sobretudo a factores conjunturais, atendendo a que uma parcela significativa destas sociedades encerra a actividade nos anos subsequentes e as que permanecem em actividade não conseguem crescer de forma a aumentar a respectiva dimensão.

Em termos agregados, a taxa de sobrevivência estimada para o período 1991-2009 mostra que a maioria das empresas (85%) sobrevive nos dois primeiros anos de vida. Ao fim de dez anos, cerca de metade das empresas consegue manter-se em actividade, sendo que, ao fim de dezanove anos, esta taxa desce para 33%.

As grandes empresas demonstram maior resistência, dado que 75% sobrevive ao fim de dezanove anos de actividade. Em termos sectoriais, o sector da *Electricidade e Água* é o que manifesta maior probabilidade de sobrevivência em todos os horizontes temporais de actividade. Na situação oposta encontra-se o sector do *Comércio*, no âmbito do qual, ao fim de dezanove anos de actividade, sobrevivem apenas 28% das empresas.

No cômputo geral, as sociedades não financeiras têm manifestado uma significativa resiliência, facto que tem contribuído para a expansão do respectivo universo de referência. No entanto, a informação disponível indicia que a evolução da economia influencia com algum desfasamento a criação e o encerramento das empresas pelo que não serão ainda visíveis na íntegra os impactos da situação económica actual.

I	INTRODUÇÃO	5
II	CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DAS SNF	7
II.1	Principais características do universo das SNF	7
II.2	Concentração empresarial	15
III	DINÂMICA DO UNIVERSO DAS SNF	16
III.1	Empresas de elevado crescimento e gazelas	17
III.2	Análise de turbulência	21
III.3	Análise de sobrevivência	24
IV	REFERÊNCIAS	33
Anexo	Metodologia de análise	37

I. INTRODUÇÃO

O sector das Sociedades não Financeiras (SNF)¹ desempenha um papel preponderante na economia Portuguesa. De acordo com dados oficiais, o seu contributo para o valor acrescentado bruto nacional em 2009 foi de 54%², estando em linha com os 57% contabilizados para a União Europeia (UE)³. Recuando a 2008, ano relativamente ao qual se encontra disponível mais detalhe sobre o sector, o peso das SNF no tecido empresarial nacional foi de 31% em número de empresas, 76% em número de pessoas ao serviço e 82% em volume de negócios⁴.

A relevância do seu contributo para a economia nacional justifica a necessidade de se dispor de informação completa, fidedigna e detalhada sobre o sector das SNF, sendo esse o propósito da existência da Central de Balanços do Banco de Portugal (CB). Para esse fim, a CB reúne um vasto leque de informação baseada em dados contabilísticos de natureza não consolidada, sobre um conjunto relevante de empresas não financeiras portuguesas⁵.

A informação de base da CB provém de um inquérito trimestral a uma amostra de empresas realizado em parceria com o Instituto Nacional de Estatística (INE). Os dados anuais são obtidos, desde 2006, através das declarações IES - Informação Empresarial Simplificada - submetidas pelas empresas ao Ministério das Finanças⁶ (até 2005 era utilizado um inquérito anual efectuado pela CB, o qual foi descontinuado com a implementação da IES). A partir desta informação de base, a CB produz e divulga indicadores agregados sobre a actividade e a situação das SNF, disponibilizando directamente às empresas que reportam dados anuais os respectivos Quadros da Empresa e do Sector, com indicadores económico-financeiros sobre a empresa e o sector de actividade/classe de dimensão em que esta se integra.

No contexto da actividade desenvolvida pela CB é importante conhecer o universo das SNF em Portugal. De facto, para enquadrar os indicadores obtidos a partir desta base de dados é conveniente dispor de uma caracterização elementar do tecido empresarial português. Existem, no entanto, dificuldades em definir de forma clara o número de sociedades não financeiras existentes em Portugal. Tomando, por exemplo, o ano de 2008 como referência, podem encontrar-se em publicações oficiais números que oscilam entre as 350 mil empresas, referidas pelo INE no estudo “Empresas em Portugal – 2008”, e as mais de 400 mil registadas pela Direcção Geral dos Impostos (DGCI) como tendo entregue a declaração do IRC (modelo 22). Dentro deste intervalo podem encontrar-se resultados provenientes de outras fontes como por exemplo o número de empresas que submeteram a IES.

¹ O sector das sociedades não financeiras representa um dos cinco sectores institucionais da economia. A sectorização institucional dos agentes económicos é efectuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995 (SEC 95), aprovado pelo Conselho através do Regulamento nº 2223/96, de 25 de Junho. O SEC constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das Contas Nacionais dos países da União Europeia, incluindo as estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. Tendo por base este normativo, os Empresários em Nome Individual (ENI) estão incluídos no sector institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados ao longo deste documento para o sector das sociedades não financeiras excluem os ENI (representativos, em Portugal, de cerca de dois terços do tecido empresarial nacional, em número de entidades).

² Fonte: INE (Setembro 2010), Contas Nacionais por Sector Institucional.

³ Fonte: EUROSTAT (2010), Annual Accounts by Institutional Sector - 2009.

⁴ Fonte: INE (2010), Empresas em Portugal – 2008.

⁵ Para mais detalhes relativamente à actividade da Central de Balanços do Banco de Portugal devem ser consultados os Suplementos ao Boletim Estatístico 5/2005 e 1/2008, bem como a publicação *Estudos da Central de Balanços* | 1, Novembro de 2010 - Quadros da Empresa e do Sector.

⁶ A IES passou a constituir a partir de 2007, com referência aos dados de 2006, a única forma de prestação de contas anuais das empresas a entidades do sector público, permitindo, num único reporte anual, em suporte electrónico, o cumprimento simultâneo de quatro obrigações de prestação de contas: a submissão da declaração anual junto do Ministério das Finanças; a prestação de contas anuais junto do Ministério da Justiça e o cumprimento de reportes estatísticos com base nos dados contabilísticos anuais das empresas junto do INE e do Banco de Portugal.

As diferenças observadas entre as várias fontes resultam, fundamentalmente, da aplicação de critérios distintos de apuramento do universo. No entanto, é de realçar que do ponto de vista das variáveis económicas relevantes, como por exemplo o volume de negócios, não existem divergências significativas entre as fontes, o que mostra que as disparidades nos universos resultam essencialmente do tratamento dado a um vasto conjunto de empresas que, embora estando legalmente vivas, contribuem de forma pouco relevante para a produção do País. De forma a harmonizar este procedimento, o Conselho Superior de Estatística decidiu constituir um grupo de trabalho (designado por FUESEN) com o objectivo de criar um ficheiro único de unidades estatísticas a partir da conjugação das fontes que considerar relevantes, o qual deverá servir de base a todas as estatísticas produzidas pelas entidades do Sistema Estatístico Nacional⁷.

Havendo a necessidade de conhecer de forma mais detalhada o universo das SNF, a CB efectuou um exercício em que se consideraram as empresas existentes nas suas bases de dados trimestral e anual, assim como as sociedades constantes noutras bases de micro dados de cobertura significativa geridas pelo Departamento de Estatística do Banco de Portugal, como a Central de Responsabilidades de Crédito (CRC)⁸ e o Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos (SIET)⁹. Esta informação foi igualmente conjugada com a existente em diversas bases de dados externas, às quais o Banco de Portugal tem acesso.

Como resultado deste exercício obteve-se uma série para o período compreendido entre 1991 e 2009 em que se identificam e caracterizam individualmente as empresas através de variáveis como o volume negócios ou a natureza jurídica. Importa referir que os conceitos de início e de fim de actividade utilizados nesta série não coincidem necessariamente com a situação legal da empresa mas sim com o período para o qual existe evidência de que esta tenha estado em actividade.

Este estudo apresenta uma caracterização desta série, que corresponde ao universo de referência das estatísticas da CB. A análise centra-se no universo de 2009 e compreende também a dinâmica do sector ao longo dos últimos 10 anos. Pretende-se, desta forma, dar a conhecer com mais detalhe um sector institucional constituído por um elevado número de entidades heterogéneas. A caracterização deste universo deverá permitir, igualmente, um melhor enquadramento dos indicadores publicados pela CB na realidade do tecido empresarial português.

Deve ser notado que todos os resultados apresentados ao longo deste documento resultam da agregação da informação individual que a CB dispõe sobre cada empresa, não sendo efectuado qualquer ajustamento nos indicadores agregados.

Este documento está organizado da seguinte forma: para além da introdução, no capítulo II é feita a caracterização do universo das SNF em 2009 por contraponto com o que se verificava no início da década. No capítulo III, analisa-se a dinâmica empresarial do sector com particular destaque para a estimativa da probabilidade de sobrevivência das novas SNF. Em Anexo, apresentam-se os aspectos metodológicos associados a este documento.

⁷ Conforme Deliberação 4/2008 da Secção Permanente de Coordenação Estatística do Conselho Superior de Estatística, de 9 de Fevereiro de 2009.

⁸ A CRC é uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições que concedem crédito) sobre os créditos concedidos. Para mais informação, deve ser consultado o Suplemento ao Boletim Estatístico 1/2005, "Utilização da Central de Responsabilidades de Crédito no âmbito das Estatísticas Monetárias e Financeiras".

⁹ O SIET é um sistema de informação baseado na comunicação de informação numa base "título-a-título" e "investidor-a-investidor" com o objectivo de reunir informação referente a operações de títulos. Para mais informação, deve ser consultado o Suplemento 2/2008 ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal, de Junho de 2008, 'Estatísticas de títulos: Caracterização do Sistema Integrado e Apresentação de Resultados'.

II. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DAS SNF

II.1 Principais características do universo das SNF

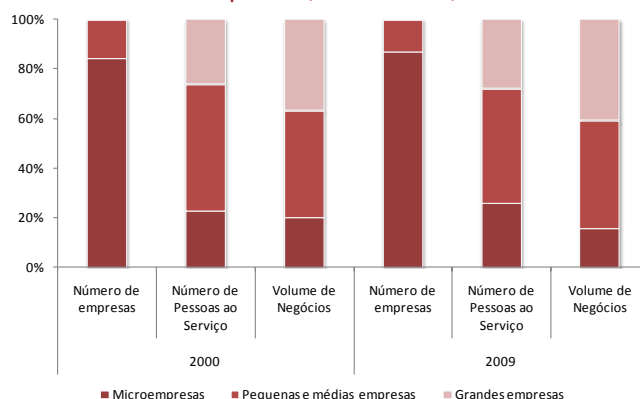
No ano de 2009, o universo de referência das estatísticas da CB é composto por cerca de 380 mil SNF. Ao longo da última década verificou-se um aumento do número de SNF, tendo sido de 37% o crescimento verificado no período 2000-2009.

Nos pontos que se seguem, apresenta-se a estrutura do sector em 2009 por contraponto com o que se verificava há 10 anos atrás. Para tal, são consideradas cinco características das empresas: dimensão, localização geográfica, sector de actividade, natureza jurídica e maturidade.

Por dimensão das empresas¹⁰

No que respeita à dimensão das empresas, 87% das SNF em 2009 são microempresas (Gráfico 1). Estas, ainda que representando a vasta maioria das SNF nacionais, compreendem apenas 26% do número de pessoas ao serviço neste sector institucional e 16% do volume de negócios agregado. Por oposição, as empresas de grande dimensão, que em número representam somente 0.3% do sector das SNF, são responsáveis por 28% do número de pessoas ao serviço e 41% do volume de negócios. Atendendo às suas especificidades, remete-se para a Caixa 1, no final desta secção, uma análise mais detalhada sobre as principais características das grandes empresas.

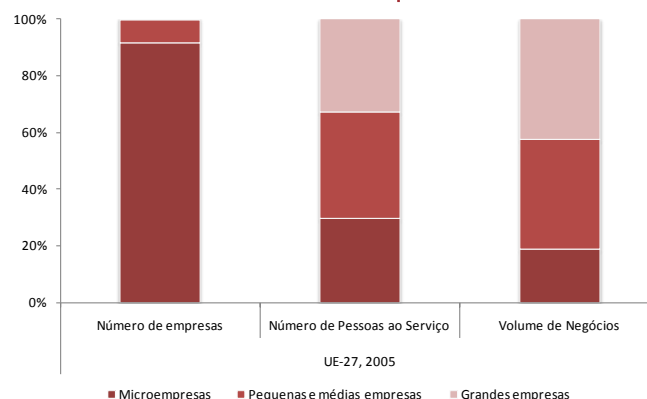
Gráfico 1 – Estrutura do universo das SNF por dimensão das empresas (2000 e 2009)



¹⁰ As classes de dimensão utilizadas seguem a Recomendação da Comissão Europeia de 6 de Maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Em Anexo apresenta-se mais detalhe sobre esta classificação. Deve salientar-se, no entanto, que para efeitos desta análise as empresas foram classificadas nas seguintes 3 classes de dimensão: microempresas, pequenas e médias empresas e grandes empresas. Deste modo, a classe das pequenas e médias empresas não inclui as microempresas.

Note-se que esta estrutura manteve sensivelmente as mesmas características face à registada no início da década, sendo de notar, ainda assim, um aumento de 3 p.p. no peso das microempresas, tanto em número de entidades como em número de pessoas ao serviço, registando, no entanto, uma queda de 4 p.p. no peso no volume de negócios agregado que teve como contrapartida um aumento da relevância das grandes empresas nesta componente.

Gráfico 2 – Estrutura do sector não financeiro na UE-27, por dimensão das empresas

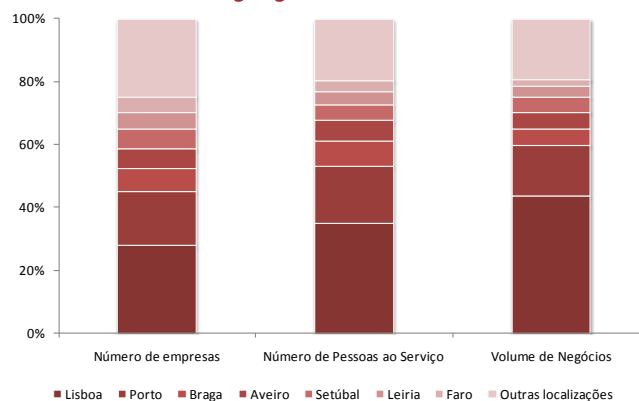


A desagregação por dimensão das empresas do sector não financeiro a nível europeu apresenta um enviesamento similar no sentido das empresas de menor dimensão, sendo que as grandes empresas representam 0.2% do total, mas cerca de um terço do número de pessoas ao serviço no sector e mais de 40% do volume de negócios total (Gráfico 2)¹¹.

Por localização geográfica¹²

Quanto à localização geográfica, os dados disponíveis para 2009 revelam uma elevada concentração das sedes sociais junto dos grandes centros urbanos, com destaque para Lisboa, que reúne quase um terço de todas as sedes das SNF nacionais (28%) e o Porto, com 17% (Gráfico 3). Braga, com um peso de apenas 7%, surge como o terceiro distrito mais importante.

Gráfico 3 – Estrutura do universo de SNF por localização geográfica (2009)



Estes dados são reveladores da estrutura bicéfala da demografia

empresarial nacional em termos de localização geográfica, facto ainda mais notório se for tido em conta que aos 45% de empresas registadas em Lisboa e Porto correspondem 60% do volume de negócios e 53% do número de pessoas ao serviço do sector das SNF.

¹¹ Os dados publicados pelo EUROSTAT são utilizados como referência para a União Europeia. Das suas publicações sobre empresas destaca-se a edição de 2010 do *Key figures on European business*. Os dados apresentados no âmbito desta publicação reportam-se à última informação disponível (usualmente relativa a 2008, ainda que para algumas das agregações apresentadas apenas tenha sido possível apurar informação relativa a 2005) e incluem dados relativos aos empresários em nome individual (facto que importa salientar atendendo à sua relevância, por exemplo, no caso português). De referir também que em termos sectoriais é excluído o sector da *Agricultura e Pescas* e para a definição do agregado de dimensão de empresa apenas é considerado o número de pessoas ao serviço. Com base nesta publicação, a União Europeia contém quase 21 milhões de empresas não financeiras, sendo de notar que o sector não financeiro português (incluindo empresários em nome individual) representa 4.2% deste total, correspondente a 1.4% do total do volume de negócios.

¹² A análise efectuada com base na localização geográfica das sedes sociais das empresas faz uso da divisão administrativa do território nacional em distritos. Em Anexo é dado mais detalhe sobre os distritos considerados.

Esta concentração geográfica tem-se mantido praticamente inalterada desde o início da década, atestando o seu carácter estrutural. De facto, em 2000, os distritos de Lisboa e Porto concentravam 49% das empresas, 63% do volume de negócios e 54% do número de pessoas ao serviço no sector das SNF.

*Por actividade económica*¹³

Considerando a desagregação das SNF por actividade económica, destacam-se claramente três sectores: *Comércio*, *Indústrias Transformadoras* e *Construção* (Tabela 1)¹⁴. O sector do *Comércio* é, em 2009 e em todos os períodos considerados, o mais representativo, englobando 28% do tecido empresarial português afecto ao sector das SNF e 38% do respectivo volume de negócios. No que diz respeito ao número de pessoas ao serviço, o sector das *Indústrias Transformadoras* é o mais relevante, com mais de 24% do total. A *Construção* apresenta-se como o terceiro principal sector ao nível do número de pessoas ao serviço (13%) e volume de negócios (10%), sendo a segunda actividade com maior número de empresas (14%).

Em termos evolutivos, observa-se uma “terciarização” da economia Portuguesa, marcada pela diminuição do peso dos sectores ligados aos bens transaccionáveis por contrapartida de um aumento da relevância dos sectores dos serviços. Esta situação pode verificar-se pelo ganho de preponderância que as actividades associadas aos serviços prestados às empresas (*Actividades de consultoria* e *Actividades administrativas e dos serviços de apoio* – Secções M e N da CAE-Rev.3) tiveram ao longo da última década, algo particularmente visível no que respeita ao número de pessoas ao serviço. Em 2000, estas actividades empregavam cerca de 10% do total de pessoas ao serviço das SNF, ao passo que em 2009 o valor referente às Secções M e N aumenta para perto de 14%. Na situação oposta encontram-se as *Indústrias Transformadoras*, que em 10 anos diminuem quase 3 p.p. no número de empresas, 5 p.p. no volume de negócios e 11 p.p. no número de pessoas ao serviço.

¹³ Na classificação por actividade económica das empresas foi utilizada a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas - Revisão 3 (CAE-Rev.3). Para mais detalhe sobre os agregados de actividade económica utilizados deve ser consultado o Anexo a este documento.

¹⁴ No final desta secção, a Caixa 2 – *Especificidades associadas aos três principais sectores de actividade* – apresenta detalhes adicionais acerca dos elementos que caracterizam estes sectores de actividade.

Tabela 1 – Estrutura do universo de SNF por actividade económica - 2009 (2000 entre parênteses)

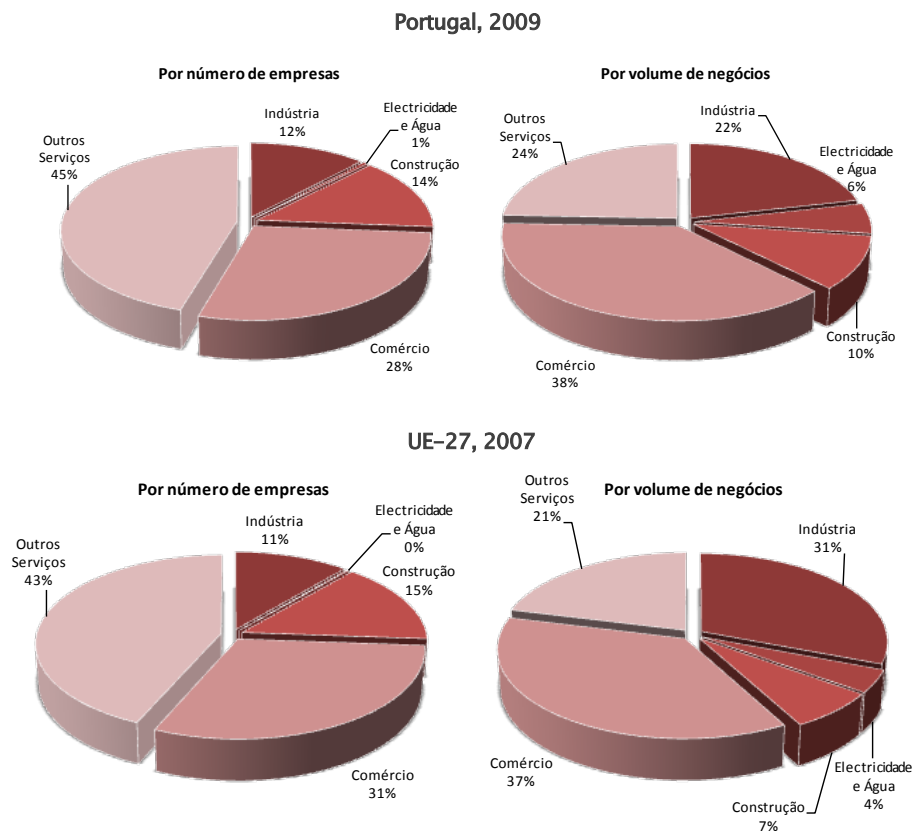
Secção da CAE-Rev.3		N.º de Empresas (% do total)	N.º de Pessoas ao Serviço (% do total)	Volume de Negócios (% do total)
G	Comércio	27.6% (31.9%)	21.3% (21.7%)	37.7% (39.7%)
C	Indústrias Transformadoras	11.3% (14%)	23.5% (34.4%)	20.9% (25.7%)
F	Construção	13.5% (11.7%)	13.4% (10.7%)	10.2% (8.9%)
H	Transportes e Armazenagem	5.4% (5%)	5.6% (5.7%)	5.2% (3.8%)
D	Electricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	0.2% (0.1%)	0.3% (0.6%)	5% (3.2%)
J	Actividades de Informação e de Comunicação	2.1% (1.8%)	2.4% (2.2%)	4.3% (5.2%)
M	Activ. de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	9.1% (7.4%)	4.4% (3.2%)	3.7% (2.8%)
N	Actividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	3.3% (2.8%)	9.3% (6.4%)	3% (3.9%)
Q	Actividades de Saúde Humana e Apoio Social	4.2% (3.2%)	5.6% (2.5%)	2.8% (0.8%)
I	Alojamento, Restauração e Similares	8.8% (9.6%)	7% (6.3%)	2.3% (1.9%)
L	Actividades Imobiliárias	6.8% (5.3%)	1.2% (1.2%)	1.8% (1.8%)
A	Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	2.6% (2.7%)	1.5% (1.6%)	0.9% (0.8%)
E	Capt., Tratamento e Distrib. de Água; Saneamento	0.3% (0.2%)	1% (0.6%)	0.8% (0.3%)
R	Activ. Artísticas, de Espectáculos, Desportivas e Recreativas	1.1% (0.8%)	0.6% (0.5%)	0.5% (0.3%)
B	Indústrias Extractivas	0.3% (0.3%)	0.4% (0.6%)	0.4% (0.4%)
P	Educação	1.2% (1.1%)	1.3% (1.3%)	0.3% (0.3%)
S	Outras Actividades de Serviços	2.3% (2.2%)	1.1% (0.7%)	0.3% (0.2%)

A distribuição por sector de actividade económica¹⁵ das empresas da União Europeia e das empresas portuguesas, representada no Gráfico 4, permite destacar alguns pontos interessantes. De facto, enquanto em número de empresas as estruturas se equiparam, existem diferenças significativas nas suas contribuições para o volume de negócios agregado.

Assim, na estrutura por número de empresas, ambos os universos são dominados pelo agregado dos *Outros Serviços*, representativo de 45% do sector das SNF nacionais e por 43% do sector não financeiro identificado pelo Eurostat, seguido do *Comércio*, *Construção* e *Indústria*. No entanto, quando se observa a decomposição por volume de negócios é visível a maior relevância que os sectores ligados aos bens transaccionáveis apresentam no caso europeu. De facto, a *Indústria*, que apresenta sensivelmente o mesmo peso em número de empresas nos dois universos considerados, representa 31% do volume de negócios da União Europeia e apenas 22% em Portugal. Pelo contrário, o peso dos *Outros Serviços* e da *Construção* é superior em Portugal em 3 p.p.

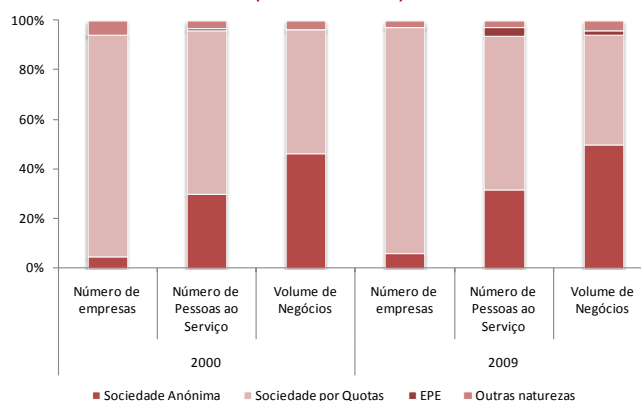
¹⁵ Para este efeito utilizou-se a agregação descrita no Anexo, com exclusão das actividades de *Agricultura e Pescas* de forma a garantir a comparabilidade com os dados do EUROSTAT.

Gráfico 4 – Estrutura do universo de SNF em Portugal e do sector não financeiro na UE-27, por actividade económica

**Por natureza jurídica¹⁶**

Relativamente à desagregação por natureza jurídica, 91% das SNF nacionais em 2009 encontram-se constituídas como sociedades por quotas e apenas 6% como sociedades anónimas, ainda que estas representem cerca de 50% do volume de negócios agregado e 32% do número de pessoas ao serviço do sector das SNF (Gráfico 5). De salientar também o facto do sector empresarial do Estado afecto às SNF (enquanto Entidades Públicas Empresariais – EPE) ser residual em número, mas apresentar uma afectação de 4% do total de pessoas ao serviço das SNF.

Gráfico 5 – Estrutura do universo das SNF por natureza jurídica (2000 e 2009)



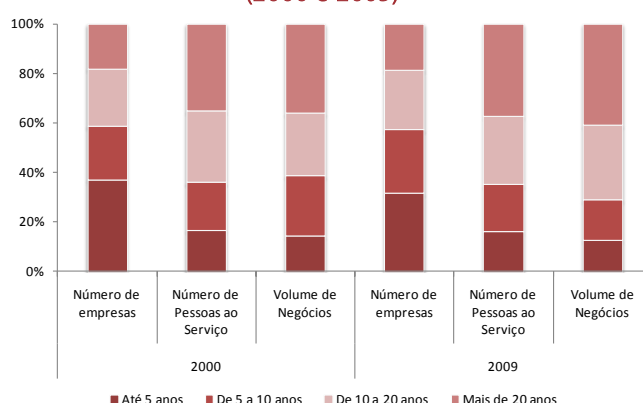
¹⁶ Em Anexo é apresentado maior detalhe sobre os agregados considerados na análise por natureza jurídica.

Em comparação com o que se verificava em 2000, assinala-se o surgimento das EPE e o aumento da relevância das sociedades anónimas em todos os indicadores, com destaque para o peso em termos de volume de negócios, que aumenta 4 p.p..

Por maturidade¹⁷

Considerando a maturidade das empresas do sector das SNF em 2009, é possível verificar uma elevada preponderância das sociedades constituídas há menos de 10 anos (57% do total das SNF), que representam 35% das pessoas ao serviço e 29% do volume de negócios do agregado. No entanto, em termos das outras variáveis em análise, as empresas constituídas há mais de 20 anos detêm um claro domínio. De facto, embora representem apenas cerca de 19% do número de empresas do sector, agregam 37% do número de pessoas ao serviço e 41% do volume de negócios do total (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Estrutura do universo de SNF por maturidade (2000 e 2009)



Esta estrutura manteve-se relativamente inalterada desde o início da década, ainda que se possa registar o menor peso em 2009 das empresas com maturidades mais baixas. De facto, em 2000, as empresas com maturidades até 5 anos representavam cerca de 37% das SNF nacionais, 17% do respectivo número de pessoas ao serviço e 14% do volume de negócios agregado, ao passo que em 2009 estes valores caíram para 31%, 16% e 13%, respectivamente.

¹⁷ Em Anexo é apresentado mais detalhe sobre os agregados considerados na análise por maturidade.

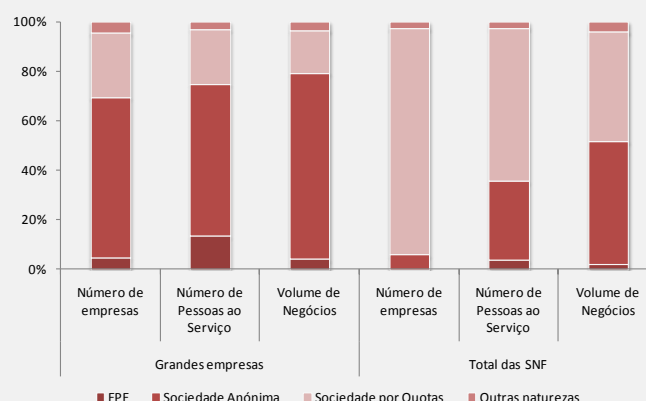
CAIXA 1 – Principais características das grandes empresas

Por comparação face ao registado para o total das SNF, as empresas de grande dimensão (representativas, em 2009, de 0.3% das empresas deste sector) apresentam algumas especificidades que importa destacar. Assim, em 2009, no que respeita à classificação destas empresas por sector de actividade económica salientam-se dois sectores: as Indústrias Transformadoras (que agregam 11% do total de empresas mas detêm 28% das grandes empresas) e as Actividades Administrativas e dos Serviços de Apoio (envolvem apenas 3% do total das SNF, que compara com 14% das grandes empresas). Por oposição, o sector do Comércio agrega 28% do total das empresas do sector das SNF, mas apenas 19% do total das grandes empresas.

De notar, no entanto, uma diminuição da relevância das Indústrias Transformadoras no subconjunto das grandes empresas, face ao registado no início da década (44% em 2000, que compara com 28% em 2009) a qual é compensada por um aumento do peso relativo de empresas desta dimensão em praticamente todos os outros sectores de actividade.

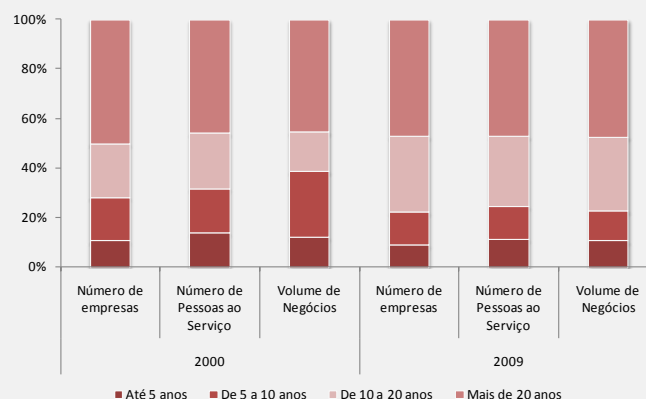
No que respeita à natureza jurídica, é relevante salientar que 64% das grandes empresas nacionais do sector das SNF são sociedades anónimas, ao passo que apenas 26% são sociedades por quotas (Gráfico 1.1). O facto desta estrutura se apresentar invertida face ao registado no universo das SNF revela que às grandes empresas está associada uma forma de organização muito específica. A dimensão implica, provavelmente, a necessidade de corresponder a maiores exigências, nomeadamente junto do mercado e dos investidores, sendo que essas exigências estão possivelmente mais salvaguardadas no âmbito das obrigações estatutárias de uma sociedade anónima.

Gráfico 1.1 – Estrutura das grandes empresas e do total das SNF por natureza jurídica (2009)



Em termos de maturidade, as grandes empresas apresentam uma elevada predominância de empresas com maturidades elevadas. De facto, do total de grandes empresas em 2009, 78% apresentam uma maturidade superior a 10 anos, o que corresponde a 75% do número de pessoas ao serviço das grandes empresas e 77% do respectivo volume de negócios total (Gráfico 1.2). Pode também observar-se um aumento da relevância destas empresas face ao que acontecia em 2000.

Gráfico 1.2 – Estrutura das grandes empresas por maturidade (2000 e 2009)



CAIXA 2 – Especificidades associadas aos três principais sectores de actividade

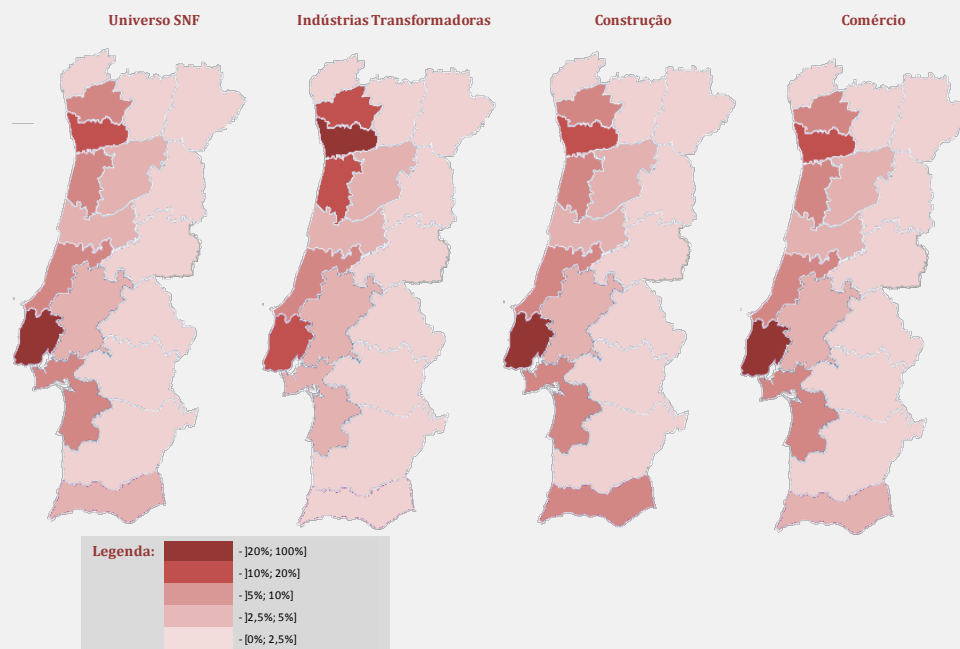
Alguns sectores de actividade apresentam estruturas empresariais distintas das exibidas pelo agregado das SNF. Na Tabela 2.1 é possível verificar, por exemplo, a menor predominância das microempresas no sector das Indústrias Transformadoras (68%), face ao total do universo de SNF considerado em 2009 (87%) e ao registado nos sectores da Construção (83%) e do Comércio (89%). Esse menor peso das microempresas é compensado pelas restantes classes de dimensão, representando as PME e as grandes empresas nas Indústrias Transformadoras mais do dobro do respectivo peso no total das SNF. Estas disparidades em termos de número de empresas têm também reflexo no volume de negócios e no número de pessoas ao serviço.

Tabela 2.1 – Estrutura do universo de SNF e dos três principais sectores de actividade económica, por dimensão (2009)

Secção da CAE Rev. 3	N.º de Empresas (% do total)			N.º de Pessoas ao Serviço (% do total)			Volume de Negócios (% do total)		
	Micro	PME	Grandes	Micro	PME	Grandes	Micro	PME	Grandes
Universe de SNF	86.9%	12.8%	0.3%	25.6%	46.3%	28.1%	15.8%	43.2%	41.0%
C – Indústrias Transformadoras	67.7%	31.6%	0.7%	13.6%	65.7%	20.7%	6.2%	48.9%	44.9%
F – Construção	83.0%	16.8%	0.2%	28.4%	53.7%	17.9%	18.6%	49.4%	32.0%
G – Comércio	89.3%	10.5%	0.2%	35.6%	42.3%	22.1%	19.5%	44.0%	36.5%

Em termos de localização geográfica das sedes das empresas é de assinalar o facto dos sectores destacados acompanharem o universo de SNF ao reflectirem uma elevada concentração junto dos distritos de Lisboa e Porto (Figura 2.1). No entanto, pode notar-se que o sector das Indústrias Transformadoras está mais concentrado junto do Litoral Norte, com os distritos de Braga e Aveiro a apresentarem uma relevância semelhante à de Lisboa. Por outro lado, no sector da Construção é possível observar uma maior importância relativa das empresas com sede no distrito de Faro.

Figura 2.1 – Dispersão geográfica do sector das SNF e dos três principais sectores de actividade económica (2009)



II.2 Concentração empresarial

Com o intuito de caracterizar o sector das SNF no domínio da concentração empresarial foi calculado um indicador comumente utilizado neste tipo de análises: o índice de Herfindahl-Hirschman (HHI). Este índice foi estimado atendendo à quota de mercado de cada empresa no seu sector de actividade, sendo esta quota apurada a partir do volume de negócios¹⁸. Através do HHI pretende-se aferir genericamente o grau de concorrência existente no sector das SNF em Portugal.

O índice HHI revela de que forma as empresas de determinado segmento se equiparam em termos de quota de mercado, sendo uma análise particularmente relevante ao nível do sector de actividade das empresas. A Tabela 2 apresenta os resultados deste indicador para 2000 e 2009 relativamente aos agregados de actividade considerados no âmbito da presente análise.

Tabela 2 – Índice de Herfindahl-Hirschman para o universo das SNF e por sector de actividade económica (2000 e 2009)

Ano	Sector de Actividade Económica	HHI
2000	Universo das SNF	0.001
	Electricidade e Água	0.198
	Outros Serviços	0.011
	Indústria	0.007
	Agricultura e Pescas	0.003
	Construção	0.003
	Comércio	0.002
2009	Universo das SNF	0.001
	Electricidade e Água	0.093
	Indústria	0.007
	Construção	0.004
	Outros Serviços	0.003
	Agricultura e Pescas	0.003
	Comércio	0.002

Analisando as estimativas apuradas, verifica-se que o sector da *Electricidade e Água* é o que apresenta índices de concentração mais elevados para qualquer um dos períodos analisados. De referir, no entanto, a redução acentuada que se verificou no índice HHI deste sector quando se compara 2000 com 2009, passando de uma situação de elevada concentração empresarial (0.198) para um nível inferior, já próximo de uma situação onde a concentração não é assinalável (0.093). Este facto estará provavelmente associado ao processo de liberalização e reestruturação do mercado energético nacional e ibérico cujos efeitos se fizeram sentir de forma mais evidente a partir da segunda metade da década.

O movimento no sentido de diminuição do grau de concentração é também sentido no sector dos *Outros Serviços*, ainda que numa escala inferior. Este sector passa de uma situação de relativa concentração empresarial (0.011), para uma situação de elevada competitividade (0.003). Para este resultado terá contribuído a crescente entrada de empresas neste mercado, como se poderá verificar na análise apresentada no capítulo III.

¹⁸ A quota de mercado s_i foi apurada a partir do volume de negócios enquanto $s_i = y_i / \sum_{i=1}^n y_i$, sendo o índice HHI dado por $\sum_{i=1}^n s_i^2$. O índice HHI assume valores entre $1/n$ e 1, com os valores abaixo de 0.01 a indicarem um mercado altamente competitivo (entendido como um mercado sem qualquer indício de concentração empresarial), valores entre 0.01 e 0.1 a representarem mercados sem concentração, entre 0.1 e 0.18 a indicarem mercados com alguma concentração e valores acima de 0.18 a indicarem uma elevada concentração empresarial. O valor 1 é assumido numa situação de monopólio em que uma empresa detém toda a quota de mercado.

III. DINÂMICA DO UNIVERSO DAS SNF

A criação de novas empresas tem repercussões importantes ao nível da eficiência dos mercados, implicando muitas vezes o desenvolvimento de novos produtos e a implementação de novos processos produtivos. A competição que as novas empresas introduzem força também as entidades já instaladas a garantir níveis de eficiência mais elevados, de modo a manterem situações de posição dominante ou, simplesmente, a garantirem a sua sobrevivência.

Os movimentos de nascimento e de encerramento de empresas constituem-se como uma componente essencial do dinamismo do mercado. Essa dinâmica reflecte o conceito de “destruição criativa” introduzido por Schumpeter (1942), segundo o qual esta turbulência leva à introdução de novas ideias e, em última instância, ao crescimento económico.

A análise conjugada dos dados sobre a natalidade e a mortalidade das SNF permite avaliar a capacidade de sobrevivência das novas empresas, assim como saber se estas estão a substituir as antigas ou se, pelo contrário, há uma expansão no número de empresas em actividade (decorrente, por exemplo, de um maior dinamismo em algum sector específico em que há oportunidade para a coexistência de mais concorrentes). O estudo deste tipo de indicadores é usualmente apelidado de análise da dinâmica empresarial ou do nível de empreendedorismo¹⁹.

A generalidade dos estudos publicados neste domínio para Portugal baseia-se exclusivamente nos Quadros de Pessoal reportados ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social²⁰ e são referentes a um conjunto de anos relativamente limitado. Neste capítulo, apresenta-se uma análise sobre a dinâmica empresarial das SNF Portuguesas tendo por base a série histórica compilada pela CB.

Procura-se, desta forma, ultrapassar algumas das limitações referidas anteriormente, designadamente ao nível da cobertura das SNF, da qualidade dos dados subjacentes e do período temporal abrangido. Acresce que a base de dados da CB não inclui os empresários em nome individual, permitindo uma análise focada exclusivamente no sector institucional das SNF.

Este capítulo está dividido em três secções. Na secção III.1 avalia-se o ritmo de crescimento das empresas e identifica-se o peso das que apresentam maior dinamismo nos diversos agregados do universo das SNF. Na secção III.2 apresentam-se indicadores para medir a turbulência verificada no sector, e, na secção III.3, recorrendo a modelos de duração não paramétricos, é apresentado um conjunto de estimativas para a probabilidade de sobrevivência das novas empresas, avaliando-se o impacto que as suas características individuais têm na sua longevidade.

¹⁹ O *Manual on Business Demography Statistics – 2007*, elaborado em conjunto pelo EUROSTAT e pela OCDE, constitui a referência metodológica dos conceitos associados a este tipo de estudo.

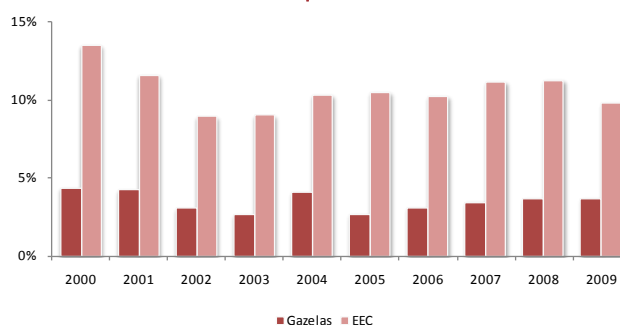
²⁰ Os Quadros de Pessoal compreendem as sociedades que têm ao serviço pelo menos um trabalhador, uma vez que só estas estão obrigadas a fazer este reporte junto do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Os Quadros de Pessoal incluem informação referente a empresários em nome individual, o que tem profundas implicações na análise da dinâmica empresarial.

III.1 Empresas de elevado crescimento e gazelas

Uma análise interessante da estrutura do tecido empresarial de um país passa pela identificação das Empresas de Elevado Crescimento (EEC) e das chamadas gazelas²¹, às quais geralmente se associa uma imagem de inovação e dinamismo empresarial.

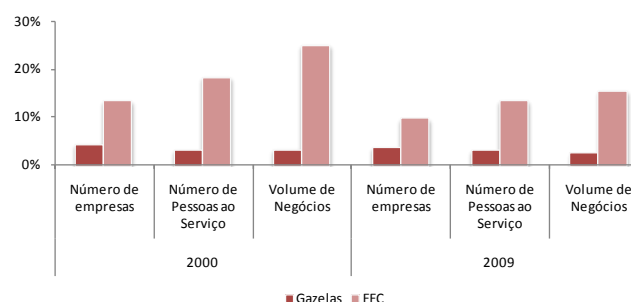
Em média, no período de 2000 a 2009, as EEC representam cerca de 11% do total das SNF (Gráfico 7). Em 2009, esse peso é de 10%, correspondente a 14% do número de pessoas ao serviço e 16% do volume de negócios do total. Em comparação com o início da década, o peso relativo deste grupo de empresas no agregado das SNF registou um decréscimo, particularmente evidente ao nível do volume de negócios (Gráfico 8).

Gráfico 7 – Peso das EEC e das gazelas no universo das SNF, em número de empresas (2000 a 2009)



O comportamento das gazelas correspondeu, em grande medida, ao verificado para as EEC. Observa-se, no entanto, uma maior estabilidade do seu peso relativo nos últimos anos, quando comparado com as EEC, mantendo-se próximo do valor registado em 2000.

Gráfico 8 – Peso das EEC e das gazelas no universo das SNF (2000 e 2009)



Reportando a análise à **dimensão das empresas**²² é possível verificar que o peso deste tipo de entidades é mais significativo no

segmento das empresas de menor dimensão. De facto, é nas Pequenas e Médias Empresas (PME) que se regista a maior proporção de EEC e de gazelas, representando as primeiras, em 2009, 10% do total das PME, 14% do número de pessoas ao serviço associado e 17% do respectivo volume de negócios.

O decréscimo do peso das EEC no total das SNF foi generalizado a todas as dimensões de empresas, mas teve maior relevância na classe das grandes empresas. Em 2000, cerca de 15% das grandes empresas registaram elevado crescimento, ao passo que em 2009 estas representam pouco mais de 5% do respectivo universo (avaliado no total do volume de negócios das grandes empresas, o peso das EEC de grande dimensão passou de 19% em 2000 para 10% em 2009).

²¹ É classificada como EEC a empresa que apresenta um crescimento anual médio, num período de três anos consecutivos, superior a 20%. Dentro das EEC incluem-se as gazelas que se caracterizam por terem menos de cinco anos de actividade no momento em que são identificadas como EEC. Para efeitos deste estudo, utilizou-se o volume de negócios para avaliar o crescimento das empresas.

²² No âmbito da análise da dinâmica empresarial, tornou-se necessário atribuir a cada empresa uma característica única para todo o seu período de actividade pelo que se optou por adoptar a classificação existente no momento em que a empresa iniciou a sua actividade. No entanto, ao nível da dimensão, foi considerada a dimensão "média" de cada empresa ao longo do seu período de actividade de forma a evitar distorções associadas à evolução da empresa no mercado. Em Anexo é dado mais detalhe sobre o método de cálculo dessa dimensão "média".

Também por **sector de actividade**, a preponderância destas entidades não é notada de igual forma. Com base na Tabela 3 é possível verificar que, em termos médios no horizonte temporal considerado, os sectores em que as EEC e as gazetas apresentam maior relevância são os da *Electricidade e Água* e da *Construção* (nestes sectores as EEC e gazetas representam, respectivamente, cerca de 14% e 4% dos respectivos agregados).

Tabela 3 – Peso médio das EEC e das gazetas nos respectivos universos de referência (2000 a 2009)

Sector de Actividade Económica	EEC	Gazetas
Universo das SNF	10.7%	3.5%
Agricultura e Pescas	12.0%	2.4%
Indústria	10.1%	3.3%
Electricidade e Água	13.9%	4.4%
Construção	13.5%	3.9%
Comércio	8.9%	3.3%
Outros Serviços	11.0%	3.7%

Relativamente ao sector da *Electricidade e Água*, verifica-se uma inversão na tendência generalizada de menor preponderância das EEC no período mais recente. De facto, o peso relativo destas entidades é superior em 2009 face ao registado em 2000, quer em termos de volume de negócios, quer em termos do número de pessoas ao serviço, mantendo-se praticamente inalterado no que respeita ao número de empresas (Gráfico 9). Estes dados estarão a reflectir a dinâmica recente deste sector associada à reestruturação do mercado energético nacional (ver secção II.2).

Já relativamente ao sector da *Construção*, verificou-se uma diminuição do peso das EEC e das gazetas entre 2000 e 2003, assistindo-se no período seguinte a um crescimento sustentado destes indicadores. A partir de 2007 é notória, de novo, uma tendência negativa, embora os níveis se mantenham acima da média do agregado das SNF (Gráfico 10).

Por último, é de notar a situação das empresas do sector do *Comércio*, as quais representam mais de um quarto do total de SNF mas compreendem o menor peso relativo de EEC em termos do número de empresas.

Gráfico 9 – Peso das EEC e das gazetas no sector da Electricidade e Água (2000 e 2009)

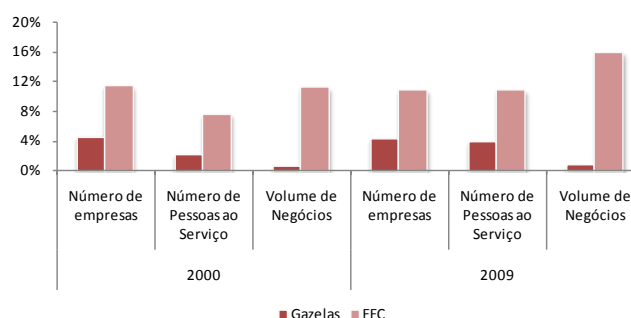
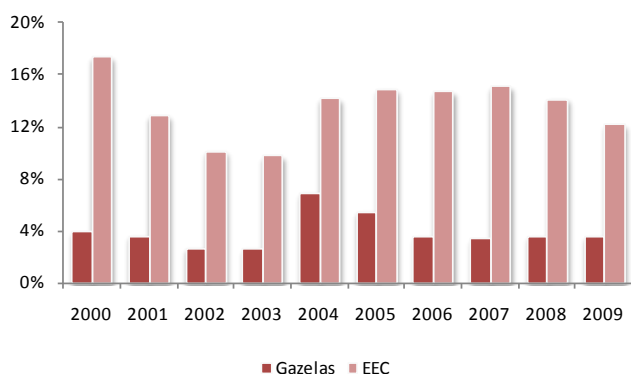


Gráfico 10 – Peso das EEC e das gazetas no sector da Construção (2000 a 2009)



Por **localização geográfica**, a situação das EEC é relativamente homogénea. O distrito de Lisboa, em linha com o que acontece com o número de empresas, é o que incorpora o maior número de EEC (30%). A evolução registada por estas empresas do distrito de Lisboa reflecte bem a perda de relevância que foi referida anteriormente para o agregado das SNF. Assim, em 2009, as EEC representam 10% das empresas, 16% do número de pessoas ao serviço e 15% do volume de negócios do distrito, o que compara com 13%, 20% e 27%, respectivamente, em 2000.

Para além das características destas empresas, importa perceber também a sua evolução, de forma a verificar se este elevado crescimento é sustentável ou se é apenas resultado de uma situação conjuntural que não permite às empresas suportar a dinâmica demonstrada. Neste sentido, para o conjunto das EEC e das gazelas, procurou-se identificar as que cessaram actividade no período a que respeita a análise. A Tabela 4 apresenta o peso das empresas nestas condições atendendo aos diferentes critérios de agregação utilizados neste estudo. Adicionalmente, na Caixa 3 - *Influência do crescimento na dimensão das SNF: o caso das microempresas* - no final desta secção, apresenta-se algum detalhe sobre o caso específico das microempresas.

Tabela 4 – Peso relativo das EEC e das gazelas que cessaram actividade face ao total deste tipo de empresas identificado no período 2000-2009

Critérios de agregação	Classe	Estrutura das agregações identificadas	EEC	Gazelas
Universo das SNF			23.8%	25.8%
Por dimensão	Microempresas	83.6%	23.6%	26.5%
	PME	16.2%	20.0%	21.9%
	Grandes empresas	0.2%	14.6%	18.8%
Por distrito	Lisboa	29.7%	25.9%	28.2%
	Porto	17.4%	24.6%	26.3%
	Outras localizações	52.9%	22.4%	24.3%
Por natureza jurídica	Sociedades por Quotas	94.3%	23.6%	25.5%
	Sociedades Anónimas	3.1%	17.7%	21.2%
	Outras naturezas jurídicas	2.6%	38.9%	43.9%
Por sector de actividade económica	Agricultura e Pescas	2.7%	19.1%	22.2%
	Indústria	13.7%	26.6%	28.9%
	Electricidade e Água	0.3%	12.7%	14.7%
	Construção	14.8%	23.2%	25.5%
	Comércio	28.4%	28.4%	30.2%
	Outros Serviços	40.1%	20.3%	21.8%

Atendendo aos resultados apurados, é possível concluir que o facto de se atingir um patamar de elevado crescimento não garante a longevidade das empresas. De facto, verifica-se que cerca de um quarto das SNF nestas condições cessaram actividade ao longo do período em análise²³. Em todas as agregações e respectivas classes, as gazelas são mais propensas à cessação de actividade do que as EEC, evidenciando que quando o forte crescimento ocorre nos primeiros anos de vida este poderá estar ainda mais associado a situações de índole conjuntural que não garantem à empresa a sua sustentabilidade.

²³ De referir que esta cessação ocorreu nalguns casos por incorporação noutras entidades e não apenas por liquidação da empresa. Não obstante, tendo em conta a informação disponível, esses casos são manifestamente residuais face ao total das cessações registadas.

Avaliando estes indicadores de acordo com as características da empresa, pode verificar-se que, no que respeita à **dimensão das empresas**, o peso das EEC e das gazelas que cessaram actividade decresce com o aumento da sua dimensão.

Quanto à **natureza jurídica** salienta-se o elevado peso dos encerramentos nas empresas classificadas no agregado “outras naturezas jurídicas” (39% das EEC e 44% das gazelas deste agregado, ainda que aqui se inclua um número muito reduzido de EEC), facto que se coaduna com o carácter temporário e conjuntural das entidades incluídas nesta classe.

Por **sector de actividade económica**, a cessação de actividade das empresas identificadas como EEC ou gazelas é mais elevada no *Comércio* e na *Indústria* (28% das EEC e 30% das gazelas, no caso do primeiro; 27% das EEC e 29% das gazelas, no segundo), enquanto o sector da *Electricidade e Água* regista as menores proporções deste tipo de ocorrências.

CAIXA 3 – Influência do crescimento na dimensão das SNF: o caso das microempresas

Como referido ao longo da análise, 87% das empresas associadas ao sector das SNF em Portugal são, em 2009, microempresas. Nesta classe de dimensão, os dados disponíveis apontam para a existência, nesse mesmo ano, de perto de 10% de empresas com elevado crescimento e cerca de 4% de gazelas. Apesar de se ter já verificado que o crescimento elevado não garante a longevidade das empresas, procura-se nesta Caixa avaliar se as que permanecem activas conseguiram aumentar de dimensão em resultado dessa dinâmica.

Para o efeito, foram utilizados os dados das empresas que, classificadas como microempresas durante a maior parte da sua vida, foram, em algum período entre 1991 e 2009, identificadas como EEC ou gazelas. Procurou-se, a partir desta base, determinar qual a dimensão máxima atingida por estas empresas ao longo do seu período de actividade. Os resultados obtidos constam da Tabela 3.1.

**Tabela 3.1 – Dimensão máxima das microempresas de elevado crescimento e gazelas
ao longo do seu período de vida
(1991 a 2009)**

Dimensão	EEC	Gazelas
Microempresas	86.4%	87.8%
PME	13.6%	12.2%
Grandes empresas	0.0%	0.0%

Assim, a grande maioria das microempresas identificadas como EEC ou gazelas manteve a sua dimensão ao longo de toda a sua vida (mais de 86% no caso das EEC e cerca de 88% no caso das gazelas), com apenas uma minoria a atingir o estatuto de empresa de pequena ou média dimensão (perto de 14% das EEC e 12% das gazelas).

Estes dados reforçam a ideia de que o crescimento significativo da actividade (que determina que as empresas sejam classificadas como EEC ou gazelas) está associado sobretudo a factores conjunturais, que não garantem o crescimento orgânico sustentado das empresas. Note-se que, do conjunto de microempresas identificadas como EEC ou gazelas, apenas cerca de uma dezena atingiu, no período em análise, o estatuto de grande empresa.

III.2 Análise de turbulência

Um dos indicadores do dinamismo do mercado é dado pela taxa de turbulência, que corresponde à soma das taxas de natalidade e de mortalidade das empresas.

O Gráfico 11 apresenta a taxa de turbulência das SNF em Portugal ao longo da última década²⁴. Como se pode observar, este indicador situou-se sempre acima dos dois dígitos, evidenciando uma dinâmica significativa dentro do sector. A turbulência atingiu

os níveis mais elevados, de 20% e 26%, em 2000 e 2001, respectivamente, tendo-se assistido a uma maior estabilidade do sector nos restantes anos do período em análise, com taxas a variar entre 13% e 17%²⁵.

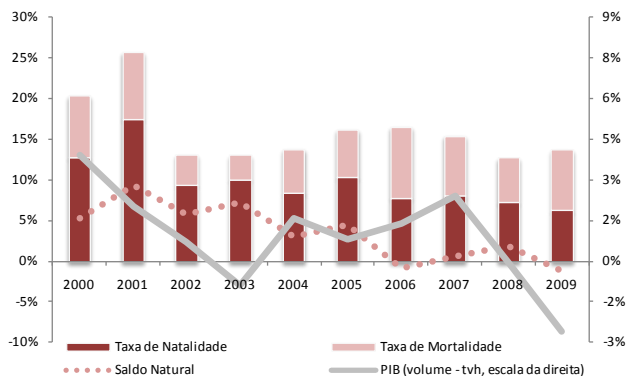
Analisando a contribuição de cada uma das suas componentes, nota-se que, na maioria dos anos, a taxa de natalidade é superior à taxa de mortalidade, o que justifica o crescimento do número de empresas activas. Podem-se, no entanto, assinalar dois períodos distintos: o primeiro, que coincide com o início da década, é marcado por uma clara supremacia da taxa de natalidade, originando saldos naturais (dados pela diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade) claramente positivos; a partir de 2005, a taxa de mortalidade aumenta enquanto a de natalidade se reduz, implicando um significativo decréscimo do saldo natural que atinge inclusivamente valores negativos em alguns períodos, implicando maior estabilidade no número total de SNF em actividade.

Através do Gráfico 11 é igualmente possível verificar a existência de uma relação próxima entre a evolução dos indicadores demográficos das empresas e a evolução da economia. De facto, a evolução do saldo natural das SNF parece seguir de perto, embora com algum desfazamento, a evolução do PIB.

Esta análise da taxa de turbulência pode ser decomposta nas características individuais das empresas, de modo a perceber se há subgrupos cuja contribuição para o valor agregado das SNF é maior. Começando por analisar as classes de **dimensão**, observa-se que a maior turbulência é registada nas microempresas (Gráfico 12).

A análise permite igualmente comprovar a reduzida dimensão da vasta maioria das SNF que nasceram e morreram neste período, na medida em que as microempresas determinam, em larga medida, a turbulência registada para o agregado das SNF.

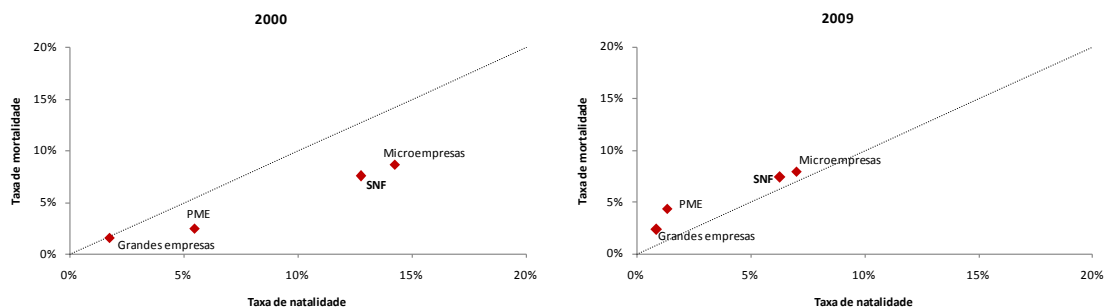
Gráfico 11 – Taxa de turbulência das SNF (2000 a 2009)



²⁴ Para as estatísticas da CB uma empresa é considerada viva num determinado ano (contribuindo assim para o número total de SNF desse ano) desde que tenha estado em actividade durante um qualquer período de tempo desse ano. Deste modo, no apuramento do universo do ano n a partir do universo do ano $n-1$, é considerada a natalidade no ano n e deduzida a mortalidade no ano $n-1$. Assim, no gráfico 11 a taxa de mortalidade considerada em cada ano é a relativa ao ano anterior de modo a que os indicadores apresentados possam ser directamente interpretados no período em que, de facto, afectam o universo das SNF.

²⁵ Existem grandes dificuldades de comparabilidade destes resultados com os de outros estudos, dado que a generalidade das publicações de referência, a nível nacional e europeu, consideram conjuntamente as SNF e os empresários em nome individual. Esta agregação reflecte-se em taxas de turbulência mais elevadas e em maior volatilidade. A título exemplificativo, o INE (2009) indica que a taxa de natalidade registada em 2007 para as entidades do sector não financeiro (comportando, como referido, os empresários em nome individual) se situou em 16%, ao passo que a taxa de mortalidade associada se situou em valores ligeiramente acima dos 17%. Estes dados implicam uma taxa de turbulência na ordem dos 33%, claramente acima da registada no âmbito da presente análise (na ordem dos 15%).

Gráfico 12 – Taxas de natalidade e de mortalidade das SNF por dimensão (2000 e 2009)



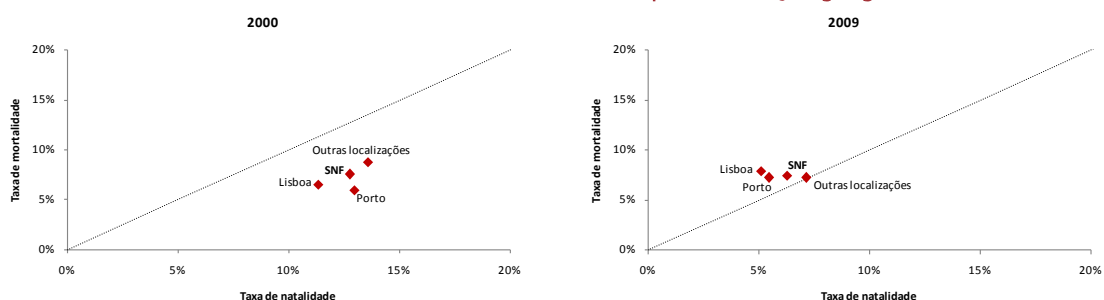
É de destacar também o facto das taxas de turbulência mais reduzidas, que tanto as PME como as empresas de grande dimensão apresentam em todo o período, serem determinadas por um maior equilíbrio entre as taxas de natalidade e de mortalidade, que se situam em níveis relativamente baixos quando comparados com os registados nas microempresas. De facto, no caso desta última classe de dimensão, a turbulência deve-se a taxas de natalidade e de mortalidade mais elevadas embora com supremacia para as primeiras, o que implica que os universos de SNF considerados comportem uma proporção cada vez maior de microempresas (conforme é visível no Gráfico 1, apresentado anteriormente)²⁶.

No Gráfico 12, é ainda possível observar que em 2009 o comportamento das microempresas está claramente mais próximo do comportamento das restantes classes de dimensão, por comparação com o que acontecia em 2000.

Analisando a taxa de turbulência atendendo à **localização geográfica** das sedes das SNF, Lisboa e Porto devem ser destacados pelo facto de representarem em 2009, em conjunto, cerca de 45% do total das SNF registadas em Portugal e 60% do volume negócios agregado.

No entanto, o comportamento das taxas de turbulência associadas a estes dois distritos é muito similar ao registado para a generalidade das SNF, não existindo assim evidência significativa de comportamentos distintos de acordo com a localização geográfica da empresa.

Gráfico 13 – Taxas de natalidade e de mortalidade das SNF por localização geográfica (2000 e 2009)



Essa conclusão pode ser corroborada através da análise da decomposição das taxas de turbulência nas taxas de natalidade e de mortalidade para os anos de 2000 e 2009 (Gráfico 13). De facto, é visível a proximidade dos indicadores entre os vários distritos sendo também notória, em 2009, uma contracção acentuada da taxa de turbulência que se deve essencialmente à diminuição da natalidade. Neste ponto, é interessante notar que em Lisboa e no Porto, o saldo natural das empresas é negativo enquanto no agregado dos restantes distritos este é praticamente nulo.

²⁶ Poderá igualmente referir-se, neste domínio, o valor do saldo natural das empresas que, em termos médios para o período 2000-2009 se situa em cerca de 3% para o agregado das SNF enquanto para as microempresas foi de perto de 4%.

Desenvolvendo a mesma análise atendendo aos **sectores de actividade económica** das empresas, é possível verificar que a generalidade dos sectores identificados apresenta uma evolução da taxa de turbulência similar à identificada para o agregado das SNF nacionais, existindo, no entanto, alguma distinção no que diz respeito ao nível das taxas. Nesse sentido, a Tabela 5 apresenta as taxas médias de natalidade, de mortalidade e de turbulência que foram apuradas para o período de 2000 a 2009, para um determinado conjunto de sectores²⁷.

Tabela 5 – Taxas médias de natalidade, de mortalidade e de turbulência, por sector de actividade económica (2000 a 2009)²⁸

Sector de Actividade Económica	Taxa de Natalidade média	Taxa de Mortalidade média	Taxa de Turbulência média
Agricultura e Pescas	9.7%	6.9%	16.6%
Indústria	6.9%	5.8%	12.7%
Electricidade e Água	13.7%	4.1%	17.8%
Construção	11.5%	6.4%	17.9%
Comércio	8.7%	7.0%	15.7%
Outros Serviços	10.9%	5.7%	16.6%

O sector da *Indústria* destaca-se por apresentar consistentemente as menores taxas de turbulência, facto que poderá estar associado à existência de barreiras devido aos elevados custos de entrada e de saída desta actividade.

Na posição oposta encontram-se os sectores da *Construção* e da *Electricidade e Água*, que registaram, neste período, uma taxa de turbulência média na ordem dos 18%, em virtude da criação de empresas associadas a este tipo de actividades. De facto, estes sectores apresentam as maiores taxas de natalidade médias de entre todas as actividades identificadas, sendo que a *Electricidade e Água* sobressai igualmente por apresentar a menor taxa de mortalidade média de entre todos os sectores analisados. Este facto está provavelmente associado às alterações registadas neste sector, decorrentes do já referido processo de liberalização do mercado energético ibérico.

O sector dos *Outros Serviços* apresentou também um dinamismo acentuado, reflectido numa taxa de turbulência média de quase 17% que resultou do efeito conjugado entre uma elevada taxa de natalidade (11%) e a segunda menor taxa de mortalidade média (inferior a 6%).

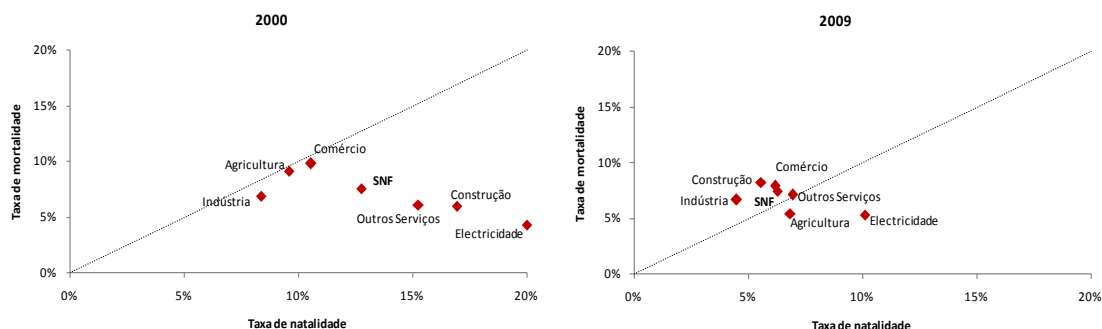
Importa ainda salientar a elevada taxa de mortalidade média registada pelo sector do *Comércio* (7%), equiparada apenas à registada no sector da *Agricultura e Pescas*.

No Gráfico 14 é possível observar a dinâmica existente nos anos de 2000 e 2009. Verifica-se que no início da década praticamente todas as actividades estavam a expandir-se em número de empresas existindo, porém, uma grande diferenciação entre elas no que diz respeito à taxa de crescimento. Em 2009 há uma maior aproximação das taxas de turbulência sendo que a maioria das actividades regista inclusivamente um saldo natural negativo.

²⁷ No final desta secção, na Caixa 4 – *Repartição sectorial das novas SNF no período 2000-2009* – apresenta-se a contribuição de cada sector de actividade para a taxa de natalidade das SNF.

²⁸ Calculadas como as médias aritméticas simples das taxas de natalidade, mortalidade e turbulência anuais, apuradas de 2000 a 2009 para cada um dos sectores de actividade económica identificados.

Gráfico 14 – Taxas de natalidade e de mortalidade das SNF por sector de actividade económica (2000 e 2009)



Considerando as taxas de turbulência estimadas de acordo com a **natureza jurídica** das empresas, torna-se evidente o peso das sociedades por quotas no conjunto das SNF, na medida em que estas determinam a taxa de turbulência registada para a generalidade das SNF no período decorrido entre 2000 e 2009. Os dados apontam igualmente para uma maior estabilidade nas sociedades anónimas.

Este facto decorre, provavelmente, do maior nível de capital exigido para a constituição das sociedades anónimas bem como do maior escrutínio a que estão sujeitas por geralmente terem o capital mais disperso. Estas condicionantes implicam uma maior estrutura organizativa que poderá funcionar como barreira, tanto à entrada como à saída de actividade. Não obstante, também as sociedades anónimas acompanham, ainda que a um nível mais baixo, a tendência de turbulência registada para o universo das SNF ao longo da última década.

III.3 Análise de sobrevivência

Conforme descrito anteriormente, a turbulência no sector das SNF resulta da agregação dos nascimentos e das mortes verificadas em cada ano, sendo que estes eventos podem ser interpretados de duas formas. Por um lado, podem ser reflexo da substituição de empresas, i.e., surgem novas empresas que conseguem afirmar-se no mercado (atingindo taxas de sobrevivência elevadas nos primeiros anos de vida) substituindo as que entretanto deixaram de ser eficientes. Por outro lado, as novas empresas podem ter períodos de vida mais curtos, pelo que a mesma empresa contribui num ano para a taxa de natalidade e num ano mais tarde para a taxa de mortalidade, mostrando assim uma baixa capacidade de sobrevivência.

Nesta secção, recorrendo a métodos econométricos (nomeadamente a modelos de duração não paramétricos²⁹), pretende-se fornecer alguma informação adicional sobre a capacidade de sobrevivência das novas SNF em Portugal.

²⁹ A metodologia associada aos modelos de duração não paramétricos utilizada nesta secção encontra-se descrita em Anexo.

De acordo com a informação disponível na CB, iniciaram actividade no período compreendido entre 1991 e 2009 mais de 511 mil empresas³⁰. Destas, 43% deixaram de se manifestar como activas dentro desse período de 19 anos, o que implica que, complementarmente, 57% se encontravam ainda activas no final do período em análise³¹.

A Tabela 6 resume os dados da amostra e apresenta igualmente as estimativas obtidas para a função de sobrevivência do agregado das SNF. Através desta informação é possível verificar que, no período em análise, as novas empresas registaram uma elevada taxa de sobrevivência nos dois primeiros anos de vida (90% no primeiro ano e 85% no segundo), situando-se a mediana da duração das novas empresas entre os dez e os onze anos. Ao fim de dezanove anos apenas 33% das SNF se mantêm em actividade.

Tabela 6 – Tabela de sobrevivência para as SNF que iniciaram actividade entre 1991 e 2009

Idade	Observações	Sem actividade	Observações censuradas	Função de sobrevivência	Desvio-Padrão	Intervalo de confiança a 95%	
1	511 514	52 875	23 286	89.7%	0.04%	89.6%	89.8%
2	435 353	24 114	25 199	84.7%	0.05%	84.6%	84.8%
3	386 040	29 464	25 124	78.2%	0.06%	78.1%	78.4%
4	331 452	22 904	19 112	72.8%	0.07%	72.7%	73.0%
5	289 436	17 709	24 278	68.4%	0.07%	68.2%	68.5%
6	247 449	16 768	17 192	63.7%	0.07%	63.6%	63.9%
7	213 489	11 791	19 019	60.2%	0.08%	60.1%	60.4%
8	182 679	10 263	16 744	56.8%	0.08%	56.7%	57.0%
9	155 672	7 361	30 338	54.2%	0.08%	54.0%	54.3%
10	117 973	5 832	16 782	51.5%	0.08%	51.3%	51.6%
11	95 359	4 719	7 880	48.9%	0.09%	48.8%	49.1%
12	82 760	3 962	12 225	46.6%	0.09%	46.4%	46.8%
13	66 573	3 464	10 581	44.2%	0.10%	44.0%	44.3%
14	52 528	3 329	9 534	41.4%	0.10%	41.2%	41.6%
15	39 665	1 555	8 749	39.7%	0.10%	39.5%	39.9%
16	29 361	1 286	7 508	38.0%	0.11%	37.8%	38.2%
17	20 567	869	7 180	36.4%	0.12%	36.2%	36.6%
18	12 518	884	1 681	33.8%	0.14%	33.6%	34.1%
19	9 953	211	9 742	33.1%	0.14%	32.8%	33.4%

A estimação da função de risco permite analisar estes dados de outra forma, reflectindo o risco de encerramento que uma empresa enfrenta em cada período. A função de risco alisada³² para o sector das SNF, representada no Gráfico 15, tem um formato convexo com o máximo a registar-se por volta do sexto ano de actividade, ou seja, depois de entrarem no mercado, as empresas enfrentam uma acentuada probabilidade de cessarem actividade que vai aumentando até ao sexto ano de vida. Passando esse limiar, o risco de encerramento diminui de forma significativa.

³⁰ Neste exercício, dado o interesse em se obterem estimativas de sobrevivência para um período mais longo, optou-se por utilizar a série completa da CB, a qual tem início em 1991.

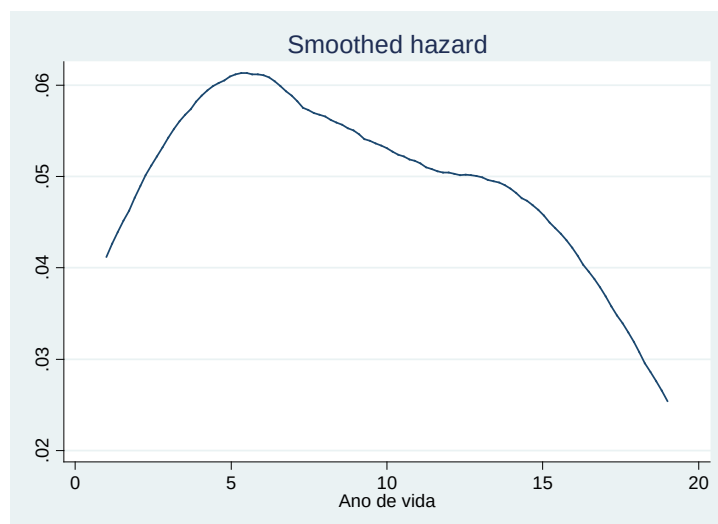
³¹ Constituindo-se, para efeito do cálculo da função de sobrevivência, como observações censuradas dado que no decorrer do período em análise não registaram qualquer evento de cessação de actividade. Note-se que o evento estudado poderá ainda vir a ocorrer para estas empresas, mas num horizonte temporal que já não está no âmbito desta amostra.

³² De forma a anular a elevada irregularidade da estimativa da função de risco, e assim permitir uma análise gráfica mais simples, é usual alisar a função com base no método de Kernel, dando assim origem à função de risco alisada (*smoothed hazard*). Klein e Moeschberger (2003) apresentam este método de forma detalhada.

Conjugando a informação fornecida pelas estimativas obtidas, verifica-se que mesmo enfrentando um risco de encerramento crescente nos primeiros anos de vida, a grande maioria das SNF nacionais consegue manter-se em actividade. Desta forma, existem indícios que as taxas de turbulência verificadas neste sector se devem mais ao efeito de substituição de empresas do que a uma reduzida capacidade de sobrevivência das novas empresas quando iniciam actividade.

Juntando a estes resultados a existência de saldos naturais essencialmente positivos ao longo da última década, constata-se a existência de uma significativa resiliência por parte das SNF constituídas em Portugal, facto que tem contribuído para a expansão do respectivo universo de referência. No entanto, importa ressaltar que a elevada aderência do comportamento destes indicadores à evolução da economia (ainda que, como referido anteriormente, com algum desfasamento) pode determinar uma alteração desta

Gráfico 15 – Estimativa alisada da função de risco das SNF que iniciaram actividade entre 1991 e 2009



dinâmica nos próximos anos, em particular na sequência da contracção da actividade económica nacional verificada em 2009 e da elevada incerteza dos agentes económicos manifestada ao longo de 2010.

Toda esta análise pode ser aprofundada tendo por base os critérios de agregação das empresas. Nos pontos que se seguem avalia-se a influência que cada característica das empresas como a dimensão, localização geográfica, sector de actividade económica e natureza jurídica tem na capacidade de sobrevivência das empresas. Deve-se, no entanto, ter em consideração que este é um método de análise univariada, ou seja, estuda-se o efeito isolado que cada uma destas características tem na probabilidade de sobrevivência da empresa, estando os efeitos cruzados fora do âmbito deste estudo.

Por dimensão das empresas

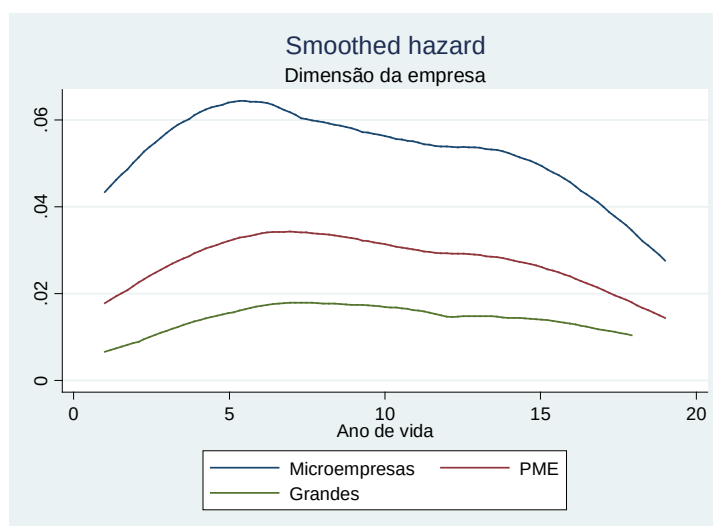
A informação apresentada na Tabela 7 e no Gráfico 16 mostra que a expectativa de sobrevivência relaciona-se de forma positiva com a dimensão da empresa, ou seja, quanto maior é a SNF maior é a sua capacidade de se manter em actividade no mercado.

Tabela 7 – Função de sobrevivência para as SNF que iniciaram actividade entre 1991 e 2009, por dimensão das empresas

Idade	Microempresas	PME	Grandes empresas
1	89.0%	98.2%	99.6%
2	83.8%	95.6%	98.9%
3	77.1%	92.2%	97.0%
4	71.5%	88.4%	95.8%
5	67.0%	84.8%	94.6%
6	62.2%	81.6%	91.9%
7	58.7%	78.7%	90.6%
8	55.2%	75.9%	87.8%
9	52.4%	73.9%	86.8%
10	49.7%	71.6%	85.7%
11	47.1%	69.5%	83.5%
12	44.7%	67.3%	82.8%
13	42.2%	65.5%	82.1%
14	39.2%	63.6%	80.4%
15	37.6%	62.0%	79.5%
16	35.8%	60.5%	78.4%
17	34.2%	58.9%	78.4%
18	31.6%	56.2%	74.7%
19	30.8%	55.9%	74.7%

Esta interdependência é evidente desde o primeiro ano e acentua-se ao longo do período de vida das sociedades. Assim, no primeiro ano de actividade as microempresas apresentam uma taxa de sobrevivência de 89%, que compara com 98% para as PME e perto de 100% para as grandes empresas. Aos dezanove anos de actividade, as taxas reduzem-se para 31%, 56% e 75% respectivamente, sendo de sublinhar a grande resistência destas últimas, na medida em que três quartos das grandes empresas atingem pelo menos dezanove anos de actividade. Estes dados são

corroborados pelas funções de risco estimadas, de acordo com as quais é possível identificar níveis de risco inversamente proporcionais à dimensão das empresas, com as microempresas a destacarem-se claramente como as que enfrentam maior risco de encerramento ao longo de toda a sua existência³³.

Gráfico 16 – Estimativa alisada da função de risco das SNF que iniciaram actividade entre 1991 e 2009, por dimensão das empresas

Resultados de testes à igualdade das funções de risco (valor da estatística de teste e <i>p-value</i> associado)	
Log-rank [$\sim \chi^2(2)$]	6 530.09 (0.000)
Wilcoxon (Breslow) [$\sim \chi^2(2)$]	6 534.87 (0.000)

³³ Como é visível através dos dados apresentados no Gráfico 16, os testes estatísticos de comparação das funções de risco rejeitam a sua igualdade, indiciando assim a existência de diferenças entre o nível de risco das várias dimensões. Esta situação é válida para todas as restantes análises elaboradas nesta secção. No Anexo a este documento é possível obter mais detalhe sobre estes testes.

Por localização geográfica

Na Tabela 8 apresentam-se os resultados da estimação não paramétrica da função de sobrevivência para as empresas sedeadas em Lisboa, Porto e no conjunto dos restantes distritos.

Assim, é de notar que Lisboa apresenta, a partir do quarto ano, taxas de sobrevivência sistematicamente inferiores às dos restantes distritos. Deste modo, durante o primeiro ano de vida, uma empresa no Porto apresenta uma probabilidade de sobrevivência de mais de 91%, que compara com 90% em Lisboa e 89% nos outros distritos. No décimo primeiro ano, menos de metade das empresas sobrevivem em Lisboa (47%), enquanto no Porto a taxa é de 50% e nos restantes distritos é de 49%. Ao fim de dezanove anos de vida, a diferença entre as taxas de sobrevivência aumenta, com o Porto a registar o valor mais elevado (35%) e Lisboa o mais reduzido (31%), tendo o conjunto dos restantes distritos uma taxa de 34%.

Verifica-se, portanto, que o comportamento registado pelas empresas sedeadas no Porto se aproximou do dos restantes distritos agrupados, face ao comparativo com a situação verificada em Lisboa.

Tabela 8 – Função de sobrevivência para as SNF que iniciaram actividade entre 1991 e 2009, por localização geográfica

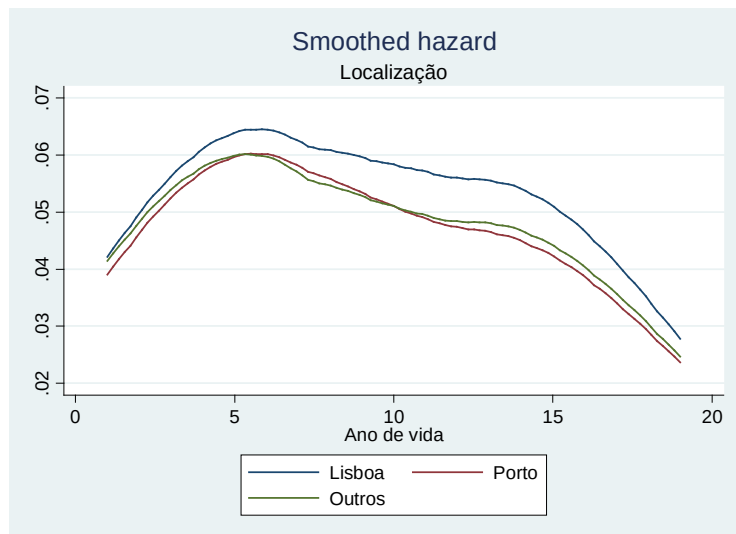
Idade	Lisboa	Porto	Outras localizações
1	90.2%	91.4%	88.9%
2	84.9%	86.3%	84.1%
3	78.0%	80.0%	77.8%
4	72.5%	74.4%	72.5%
5	67.9%	69.8%	68.2%
6	62.9%	65.0%	63.8%
7	59.1%	61.4%	60.4%
8	55.6%	57.8%	57.1%
9	52.7%	55.2%	54.5%
10	49.9%	52.6%	51.9%
11	47.3%	50.1%	49.4%
12	44.8%	47.8%	47.1%
13	42.1%	45.5%	44.9%
14	38.8%	43.3%	42.1%
15	37.2%	41.6%	40.6%
16	35.3%	39.9%	38.9%
17	33.8%	38.1%	37.2%
18	31.3%	35.7%	34.6%
19	30.5%	35.0%	33.9%

O Gráfico 17 demonstra essa mesma realidade, com a curva da função de risco de Lisboa a ser mais elevada em todo o período de análise enquanto a curva referente ao Porto tem maior proximidade com a referente ao conjunto dos restantes distritos.

Por actividade económica

Centrando a análise na expectativa de sobrevivência por actividade económica, é possível comprovar a existência de disparidades relevantes entre sectores (Tabela 9).

Gráfico 17 – Estimativa alisada da função de risco das SNF que iniciaram actividade entre 1991 e 2009, por localização geográfica



Resultados de testes à igualdade das funções de risco
(valor da estatística de teste e *p-value* associado)

Teste	Valor da estatística de teste	<i>p-value</i> associado
Log-rank [$\sim\chi^2(2)$]	200.01	(0.000)
Wilcoxon (Breslow) [$\sim\chi^2(2)$]	179.43	(0.000)

O sector da *Electricidade e Água* apresenta as taxas de sobrevivência estimadas mais elevadas para todos os períodos, sendo que ao fim de dezanove anos de actividade, 55% das empresas que o constituem continuam activas. No extremo oposto situa-se o sector do *Comércio*, cuja expectativa de sobrevivência ao fim de dezanove anos de actividade é de apenas 28%. Esta tendência é evidente logo desde os primeiros anos de vida onde apenas a *Agricultura e Pescas* apresenta taxas de sobrevivência inferiores. No entanto, a partir do quarto ano de actividade, o indicador para a *Agricultura e Pescas* estabiliza, passando então a destacar-se de forma clara o sector do *Comércio*. Esta situação é confirmada pelo facto de metade das empresas do sector do *Comércio* cessar actividade antes de atingir o nono ano, limiar que compara com valores que rondam os onze anos para a *Indústria e Construção*, doze para a *Agricultura e Pescas* e treze para o sector dos *Outros Serviços*.

Tabela 9 – Função de sobrevivência para as SNF que iniciaram actividade entre 1991 e 2009, por sector de actividade económica

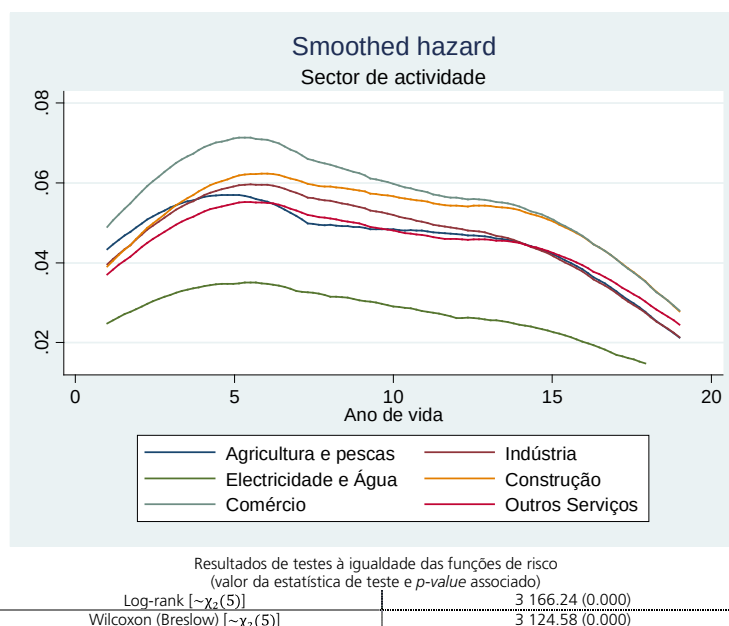
Idade	Agricultura e Pescas	Indústria	Electricidade e Água	Construção	Comércio	Outros Serviços
1	85.1%	90.0%	93.3%	92.0%	87.6%	90.5%
2	81.0%	85.3%	89.3%	87.2%	81.9%	85.9%
3	74.9%	79.2%	85.6%	80.6%	74.2%	80.2%
4	70.6%	74.0%	82.2%	74.8%	68.2%	75.2%
5	66.9%	69.3%	80.1%	69.9%	63.4%	71.2%
6	63.2%	64.9%	77.7%	64.4%	58.4%	66.9%
7	60.0%	61.4%	75.1%	60.8%	54.8%	63.6%
8	57.3%	57.9%	72.3%	57.1%	51.3%	60.3%
9	55.3%	55.2%	70.7%	54.4%	48.6%	57.6%
10	52.7%	52.4%	68.8%	51.8%	45.9%	55.0%
11	50.4%	50.0%	65.5%	49.2%	43.4%	52.5%
12	48.0%	47.5%	63.9%	47.0%	41.0%	50.2%
13	45.5%	45.1%	62.5%	44.3%	38.6%	47.9%
14	42.1%	42.6%	61.0%	40.4%	36.0%	45.3%
15	40.5%	40.9%	60.5%	38.7%	34.3%	43.7%
16	38.8%	39.4%	59.2%	36.8%	32.8%	41.8%
17	37.7%	37.8%	58.1%	35.3%	31.2%	40.1%
18	36.1%	35.8%	55.0%	32.6%	28.7%	37.3%
19	35.2%	35.3%	55.0%	31.9%	28.1%	36.5%

O mesmo tipo de análise pode ser conduzida através da observação da função de risco (Gráfico 18), onde o sector da *Electricidade e Água* se distingue face às demais actividades por apresentar níveis de risco mais baixos e mais estáveis.

Na situação oposta encontra-se o *Comércio*, cujas empresas enfrentam consistentemente maior risco de encerramento, que apenas é aproximado pela *Construção* a partir dos quinze anos de vida.

É ainda interessante notar a evolução da função de risco do sector da *Agricultura e Pescas* nos primeiros anos de vida. De facto, embora estas apresentem um risco mais elevado nos primeiros anos de vida rapidamente invertem essa situação conseguindo registar, no geral, uma função de risco com níveis muito próximos dos da *Indústria* e dos *Outros Serviços*.

Gráfico 18 – Estimativa alisada da função de risco das SNF que iniciaram actividade entre 1991 e 2009, por sector de actividade económica



Por natureza jurídica

Na Tabela 10, é possível observar as estimativas da função de sobrevivência de acordo com a natureza jurídica das SNF. As sociedades por quotas registam uma taxa de sobrevivência inferior à das sociedades anónimas desde o primeiro ano (92% e 95%, respectivamente). Esta diferença aumenta à medida que o tempo de vida das empresas aumenta, com metade das sociedades anónimas a estar ainda em actividade à passagem dos dezassete anos, o que compara com onze anos nas sociedades por quotas. Após dezanove anos de actividade, as primeiras apresentam uma taxa de sobrevivência de mais de 47%, ao passo que a taxa estimada para as sociedades por quotas se situa em 36%.

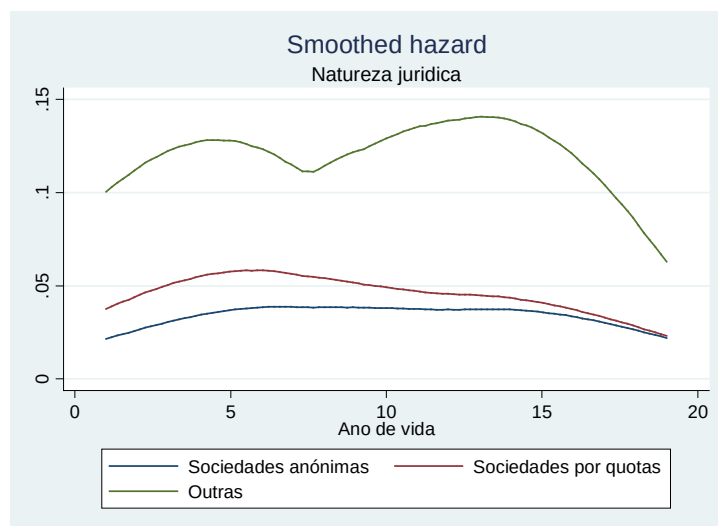
Tabela 10 – Função de sobrevivência para as SNF que iniciaram actividade entre 1991 e 2009, por natureza jurídica

Idade	Sociedades por Quotas	Sociedades Anónimas	Outras naturezas jurídicas
1	91.8%	95.2%	64.4%
2	86.8%	92.5%	58.1%
3	80.7%	89.0%	46.0%
4	75.2%	85.7%	41.0%
5	70.7%	82.7%	36.6%
6	66.1%	78.8%	31.9%
7	62.5%	75.4%	28.9%
8	59.1%	72.3%	25.9%
9	56.4%	69.7%	23.7%
10	53.7%	67.4%	21.4%
11	51.2%	64.8%	19.4%
12	49.0%	62.4%	16.9%
13	46.7%	60.5%	14.3%
14	44.8%	57.9%	8.2%
15	43.1%	55.8%	7.7%
16	41.3%	53.8%	6.9%
17	39.6%	51.9%	6.4%
18	36.9%	48.9%	5.7%
19	36.3%	47.5%	5.3%

Adicionalmente, note-se que a agregação das restantes naturezas jurídicas (que agrupa as EPE, cooperativas, agrupamentos de empresas, entre outras) revelam uma maior volatilidade e muito menor expectativa de sobrevivência em todos os períodos, facto que se coaduna com o carácter muitas vezes temporário destas empresas, associadas a projectos específicos e com um horizonte temporal para o desenvolvimento da sua actividade relativamente baixo. Para este tipo de sociedades, a expectativa de sobreviver após dezanove anos de actividade é estimada em apenas 5%.

A curva estimada da função de risco de acordo com a natureza jurídica (Gráfico 19) corrobora igualmente as apreciações anteriores, na medida em que o risco associado às “outras naturezas jurídicas” é substancialmente superior ao estimado para as sociedades por quotas e para as sociedades anónimas, com estas últimas a registarem os níveis de risco mais baixos.

Gráfico 19 – Estimativa alisada da função de risco das SNF que iniciaram actividade entre 1991 e 2009, por natureza jurídica



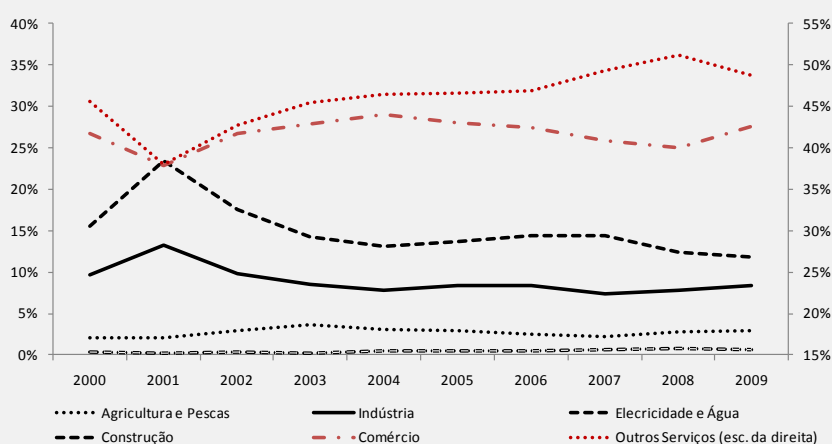
Resultados de testes à igualdade das funções de risco (valor da estatística de teste e <i>p-value</i> associado)	
Log-rank [$-\chi^2(2)$]	36 446.95 (0.000)
Wilcoxon (Breslow) [$-\chi^2(2)$]	38 226.50 (0.000)

CAIXA 4 – Repartição sectorial das novas SNF no período 2000-2009

A análise da dinâmica do sector das SNF ao longo da última década permite identificar comportamentos diferenciados ao nível dos sectores de actividade económica que o constituem. Tal situação verifica-se tanto ao nível da taxa de turbulência como das taxas de sobrevivência estimadas. De facto, os agentes económicos tendem a explorar as oportunidades dos mercados em crescimento, situação que pode levar ao surgimento de movimentos de concentração na criação de empresas em determinados sectores em detrimento de outros.

Esta dinâmica pode ser detectada através da desagregação sectorial das novas empresas que entram anualmente no sector das SNF (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1 – Peso dos sectores de actividade económica na taxa de nascimentos total das SNF (2000-2009)



Os dados disponíveis permitem assinalar que, em média no período de 2000 a 2009, cerca de três quartos das novas SNF estão associadas a sectores ligados aos serviços (Comércio e Outros Serviços). O Comércio apresenta algumas flutuações ao longo da década, tendo um peso médio de 27% no período em análise. Os Outros Serviços registam um crescimento mais sustentado, sendo responsáveis, em média, por 46% das novas SNF.

A Construção, por outro lado, tem vindo a perder relevância nas novas empresas do sector, terminando 2009 com uma contribuição de 12% para este agregado, que compara com 23% em 2001. O contributo da Indústria revela também uma queda, embora mais ligeira, situando-se em 8% em 2009, que compara com 13% em 2001. De realçar ainda a relativa estabilidade que este sector demonstra no período de 2003 a 2009 em que o seu contributo para o total de nascimentos das SNF oscila entre os 7% e os 8%.

Finalmente, os sectores da Agricultura e Pescas e da Electricidade e Água apresentam contribuições marginais para o total de nascimentos nas SNF.

Em suma, verifica-se que ao longo da última década os sectores ligados aos serviços apresentaram um claro dinamismo, confirmando o deslocamento da actividade produtiva para sectores associados aos bens não transaccionáveis.

IV. REFERÊNCIAS

- [1] Baganha, M. et. al. (2002), O sector da construção civil e obras públicas em Portugal: 1990-2000.
(<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/173/173.pdf>)
- [2] Banco de Portugal (2005), Utilização da Central de Responsabilidades de Crédito no âmbito das Estatísticas Monetárias e Financeiras, Suplemento 1/2005 ao Boletim Estatístico de Abril de 2005.
(<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-1-2005.pdf>)
- [3] Banco de Portugal (2005), Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços, Suplemento 5/2005 ao Boletim Estatístico de Dezembro de 2005.
(<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-5-2005.pdf>)
- [4] Banco de Portugal (2008), Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços, Suplemento 1/2008 ao Boletim Estatístico de Maio de 2008.
(<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-1-2008.pdf>)
- [5] Banco de Portugal (2008), Estatísticas de Títulos: Caracterização do Sistema Integrado e Apresentação de Resultados, Suplemento 2/2008 ao Boletim Estatístico de Junho de 2008.
(<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-2-2008.pdf>)
- [6] Banco de Portugal (2010), Quadros da Empresa e do Sector, Estudos da Central de Balanços I 1, Novembro de 2010.
(http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalanços/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%20I_2010.pdf)
- [7] Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro.
- [8] EUROSTAT (2010), Key figures on European business, Eurostat Pocketbooks.
(http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-ET-10-001/EN/KS-ET-10-001-EN.PDF)
- [9] EUROSTAT/OECD (2008), Manual on Business Demography Statistics – 2007.
(<http://www.oecd.org/dataoecd/8/8/39974460.pdf>)
- [10] INE (2009), O empreendedorismo em Portugal – Indicadores sobre a Demografia das Empresas – 2004-2007.
(http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=70672086&DESTAQUESmodo=2)
- [11] INE (Setembro 2010), Contas Nacionais por Sector Institucional
(http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=83252327&DESTAQUESmodo=2)
- [12] INE (2010), Empresas em Portugal – 2008.
(http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=87680294&PUBLICACOESstema=55579&PUBLICACOESmodo=2)
- [13] Kiefer, Nicholas M. (1988), Economic Duration Data and Hazard Functions, Journal of Economic Literature, vol. XXVI, pp. 646-679.
- [14] Klein, J.P. e Moeschberger, M.L. (2003), Survival Analysis Techniques for Censored and Truncated Data, Second Edition. Springer-Verlag, New York.
- [15] Lawless, J.F. (2003), Statistical Models and methods for Lifetime Data, Second Edition, John Wiley & Sons, Inc., New York.
- [16] López-García, Paloma e Puente, Sergio (2006), Business Demography in Spain: Determinants of firm survival, Documentos de Trabajo, n.º 0608, Banco de España.

- [17] Mata, José e Portugal, Pedro (1994), Life Duration of New Firms, The Journal of Industrial Economies, vol.42, n.º 3, pp. 227-245.
- [18] Ministério das Finanças e da Administração Pública (2010), Combate à Fraude e Evasão Fiscais em 2009 – Relatório de Actividades Desenvolvidas.
- [19] Nunes, Alcina e Sarmento, Elsa (2010), Business Demography Dynamics in Portugal: A Non-Parametric Survival Analysis, Grupo de Estudos Monetários e Financeiros, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- [20] Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de Maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).
- [21] Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006.
- [22] Regulamento (CE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25 de Junho de 1996.
- [23] Schumpeter, J. (1942), Capitalismo, Socialismo e Democracia (edição francesa, Payot 1954, Paris).
- [24] Tribunal de Contas (2005), Relatório de Auditoria (2.ª fase) ao Euro 2004, n.º 37/2005, 2.ª Secção, Volume I.

ANEXO

Anexo: Metodologia de análise

Ao longo deste estudo são apresentadas agregações distintas dos dados de base, permitindo assim uma melhor leitura dos resultados. Neste Anexo apresentam-se as classificações adoptadas ao nível das agregações por dimensão, localização geográfica, sector de actividade económica, maturidade e natureza jurídica, sistematizando desta forma a larga maioria dos conceitos apresentados no decurso deste documento. Por último, na medida em que esta análise incorpora noções específicas associadas à dinâmica empresarial das SNF, apresenta-se também uma descrição da metodologia adoptada nesse domínio.

Classificações adoptadas

As agregações apresentadas ao longo do documento são, por vezes, resultado da contagem do número de empresas que detêm determinada característica. Noutros momentos, são agregados os volumes de negócios e o número de pessoas ao serviço pelas classes de interesse. No âmbito deste documento, entende-se por **Volume de Negócios** o montante total das vendas e prestações de serviços. Relativamente ao **Número de Pessoas ao Serviço**, o conceito utilizado nas fontes de informação anual da Central de Balanços pretende aferir a média de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a empresa esteve em actividade, sendo obtido através do quociente:

$$\frac{\text{Somatório do número de pessoas ao serviço no último dia útil de cada mês de actividade no exercício}}{\text{Número de meses de actividade no exercício}}$$

Consideram-se como pessoas ao serviço no último dia útil de cada mês as que, no período em referência, participaram na actividade da empresa, independentemente do vínculo.

- Dimensão das empresas

A classificação por dimensão adoptada no âmbito desta análise baseia-se na Recomendação da Comissão Europeia de 6 de Maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas.

Com base nesta Recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço menor que 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros; como pequenas empresas aquelas que apresentem um número de pessoas ao serviço menor que 50 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros; como empresas de média dimensão as que tenham um número de pessoas ao serviço menor que 250 e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

Havendo grande semelhança entre os resultados apresentados para as pequenas e médias empresas em Portugal e os resultados para as SNF, optou-se por restringir a análise por dimensão a três categorias: Microempresas, Pequenas e Médias Empresas (inclui as “Pequenas” e “Médias” mas exclui as “Microempresas”) e Grandes Empresas.

Por outro lado, ainda no que respeita à classificação das empresas atendendo à sua dimensão, são desenvolvidos no âmbito desta análise alguns comparativos face à situação média registada a nível europeu, nomeadamente com recurso a dados do Eurostat. Ainda que a classificação adoptada não seja a mesma, importa salientar que as dimensões calculadas pelo Eurostat respeitam os limiares para as classes de número de pessoas ao serviço, não considerando nem o volume de negócios anual, nem o total de activo. Assim, para efeitos do correcto entendimento desses dados, sublinha-se que o conceito de microempresa respeita, neste caso, a empresas com um número de pessoas ao serviço inferior a dez (independentemente do volume de negócios e do total de activo registado) e assim consecutivamente, respeitando os limiares da referida Recomendação da Comissão Europeia, com empresas com mais de 250 colaboradores a serem classificadas como grandes empresas.

No âmbito da análise de dinâmica empresarial desenvolvida no capítulo III foi considerada a dimensão “média” de cada empresa ao longo do seu período de actividade, apurada como a média aritmética da dimensão calculada em cada um dos anos de actividade. Tal justifica-se por ser necessária uma caracterização única para cada empresa ao longo de todo o seu período de actividade, de forma a evitar distorções associadas à evolução da empresa no mercado. Assim, a dimensão média de cada empresa (i) assume a seguinte tipologia:

$$\overline{dim}_i = \frac{\sum_{t=a}^T dim_{i,t}}{T - a + 1}$$

Com $t = a, a + 1, \dots, T$ em que $\{a\}$ será o primeiro ano de actividade da empresa e $\{T\}$ o último, e em que $dim_t = \{1, 2, 3, 4\}$, conforme a empresa seja classificada como micro, pequena, média ou grande empresa, respectivamente, no ano $\{t\}$.

- Localização Geográfica

As referências a agregações de índole geográfica utilizadas na presente análise estão assentes na desagregação do território nacional por distritos (associados à sede das empresas, considerando 18 distritos em Portugal Continental, 1 na Região Autónoma da Madeira e 3 relativos à Região Autónoma dos Açores), conforme consta do Quadro 1.

Quadro 1 – Agregações associadas à localização geográfica

Distritos	
Angra do Heroísmo	Horta
Aveiro	Leiria
Beja	Lisboa
Braga	Ponta Delgada
Bragança	Portalegre
Castelo Branco	Porto
Coimbra	Santarém
Évora	Setúbal
Faro	Viana do Castelo
Funchal	Vila Real
Guarda	Viseu

- Sector de Actividade Económica

Por defeito, a agregação por actividade económica apresentada ao longo do presente documento respeita a secção da CAE, na sua 3ª revisão (CAE-Rev.3)³⁴.

Da responsabilidade do INE, a CAE-Rev.3 veio estabelecer o novo quadro das actividades económicas portuguesas harmonizado com a Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas na Comunidade Europeia (NACE Rev.2)³⁵, substituindo assim a CAE-Rev.2.1. Foram introduzidas alterações estruturais face a esta última, que decorreram da referida harmonização e transposição da NACE Rev.2 para a esfera do Sistema Estatístico Nacional mas também da necessidade de adoptar uma estrutura mais ajustada à actual organização económico-social nacional.

Neste estudo, de forma a facilitar a leitura de alguns dos dados apresentados, foi igualmente utilizada uma outra forma de agregação que, assentando nas Secções da CAE, as agrupa em seis categorias, conforme se apresenta no Quadro 2³⁶.

Quadro 2 – Agregações associadas à classificação da actividade económica

Secção da CAE-Rev.3	Designação	Agregação complementar
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Agricultura e Pescas
B	Indústrias extractivas	Indústria
C	Indústrias transformadoras	
D	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Electricidade e Água
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	
F	Construção	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Comércio
H	Transportes e armazenagem	Outros Serviços
I	Alojamento, restauração e similares	
J	Actividades de informação e de comunicação	
L	Actividades imobiliárias	
M	Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	
N	Actividades administrativas e dos serviços de apoio	
P	Educação	
Q	Actividades de saúde humana e apoio social	
R	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	
S	Outras actividades de serviços	

De referir também, no que respeita à classificação por actividade económica, que estas agregações complementares foram igualmente mantidas para efeitos de comparação com a situação registada a nível europeu, apurada a partir de dados disponibilizados pelo Eurostat. No entanto, deve-se notar que o Eurostat não contempla informação relativa à Secção A da CAE-Rev.3 e revela também uma cobertura reduzida das actividades afectas às Secções P e Q da CAE-Rev.3, factos que devem ser considerados na leitura dos indicadores reproduzidos.

³⁴ A estrutura da CAE-Rev.3 foi publicada no Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro e pode ser consultada no sítio do INE em <http://www.ine.pt>.

³⁵ Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006.

³⁶ As Secções O (Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória), T (Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio) e U (Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais) são constituídas essencialmente por entidades não abrangidas pelo conceito estatístico de SNF, pelo que a sua análise foi desconsiderada no presente documento. Também a Secção K (Actividades financeiras e de seguros) foi excluída e, deste modo, as Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) não financeiras, apesar de pertencerem ao sector das SNF (conforme regulamentado no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade (SEC 1995) aprovado pelo Regulamento (CE) n.º 2223/96 do Conselho de 25 de Junho de 1996). Esta exclusão justifica-se pelas características muito específicas que estas entidades apresentam e que as distinguem das restantes SNF.

- Natureza Jurídica

O normativo jurídico nacional comporta uma variedade de classificações distintas: Sociedades Anónimas, Sociedades por Quotas, Entidades Públicas Empresariais (EPE), Empresas Públicas Municipais, Agrupamentos Complementares de Empresas e Agrupamentos Europeus de Interesse Económico (ACE e AEIE), Cooperativas, Associações, Fundações e Sociedades Irregulares.

A apresentação de resultados com base nesta decomposição introduziria demasiado ruído na análise pelo que se optou por destacar apenas as Sociedades Anónimas, as Sociedades por Quotas (e, por vezes, as EPE) sendo as restantes entidades agregadas sob a designação de “Outras”.

- Conceitos associados à maturidade e à demografia das empresas

Por diversas vezes são referidas agregações com base na maturidade das empresas, entendida como a diferença entre a data de referência da análise e a data de constituição das empresas. De forma a definir estratos relativamente consistentes ao nível da informação produzida, as maturidades calculadas foram agregadas em quatro escalões distintos, designadamente:

- até 5 anos (inclusive);
- de 5 a 10 anos (inclusive);
- de 10 a 20 anos (inclusive);
- superior a 20 anos.

Pretendeu-se, desta forma, captar três fenómenos distintos: a fase de arranque típica das empresas, identificada pelo primeiro estrato; empresas com períodos de arranque mais alargados ou em fase de afirmação no mercado (segundo estrato); e, por último, diferentes níveis de afirmação efectiva das empresas no mercado, identificados pelos terceiro e quarto estratos.

No âmbito da análise da dinâmica empresarial do sector das sociedades não financeiras, são muitas vezes utilizados conceitos específicos associados à demografia das empresas. Estes conceitos, definidos com base no disposto no *Manual on Business Demography Statistics - 2007*, elaborado pelo Eurostat e OCDE, permitem identificar situações em que a dinâmica empresarial se reflecte no crescimento das empresas e no ritmo do crescimento da sua actividade. Assim, por **empresa de elevado crescimento (EEC)** entende-se uma empresa que apresenta um crescimento anual médio do seu volume de negócios, num período de três anos consecutivos, superior a 20%³⁷. Dentro deste grupo de entidades incluem-se as **gazelas** que, sendo empresas de elevado crescimento, apresentam menos de cinco anos de actividade desde a sua criação até ao momento em que são definidas como EEC.

São ainda calculadas **taxas de natalidade**, apuradas a partir do rácio entre as empresas que iniciaram a sua actividade e o número de empresas activas no período de referência. As **taxas de mortalidade** calculadas resultam do rácio entre as empresas que deixaram de manifestar actividade e o número de empresas activas no período de referência.

Metodologia associada à análise de sobrevivência

Para o desenvolvimento da análise de sobrevivência apresentada neste estudo foi utilizada uma amostra de 511 514 SNF, que reúne as empresas que iniciaram actividade entre 1991 e 2009.

³⁷ Este crescimento pode também ser calculado atendendo à evolução do número de pessoas ao serviço.

- Modelos de duração não paramétricos

A aplicação de modelos de duração ao estudo demográfico das empresas pode ser feita através da interpretação da função de sobrevivência (S_t) como sendo a probabilidade de uma empresa sobreviver para além de determinado período t , condicionada pelo facto de ter sobrevivido até esse momento.

A **função de sobrevivência**, sendo uma probabilidade, está limitada ao intervalo compreendido entre zero e um. No momento inicial ($t = 0$) toma o valor um e decresce, tendendo para zero, à medida que o tempo decorrido aumenta ($t \rightarrow \infty$). Considerando T uma variável, não negativa, que representa o tempo decorrido entre o momento de entrada no mercado e a sua saída, a função de sobrevivência é representada por:

$$S(t) = 1 - F(t) = \text{Prob}(T > t)$$

Com $F(t) = \text{Prob}(T \leq t)$ a representar a função de distribuição cumulativa.

A **função de risco** ($h(t)$) – *hazard function* – mede a taxa instantânea de risco, ou seja, a probabilidade de uma empresa morrer num dado período, condicionada pelo facto da empresa ter sobrevivido até lá:

$$h(t) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \frac{\text{Pr}(t + \Delta t > T > t | T > t)}{\Delta t} = \frac{f(t)}{S(t)}$$

onde $f(t) = \frac{dF(t)}{dt}$ é a função de densidade.

É possível obter-se estimativas para estas funções sem se assumir qualquer distribuição estatística. Neste caso utilizam-se métodos não paramétricos de entre os quais se destaca o estimador de Kaplan-Meier, aplicado no âmbito deste trabalho. A expressão analítica deste estimador é dada por:

$$\hat{S}(t) = \prod_{j|t_j \leq t} \frac{n_j - d_j}{n_j}$$

onde n_j e d_j são, respectivamente, o número de empresas em risco e o número de encerramentos no período t_j . O produto é realizado para todos os períodos de risco até ao período t . Uma característica importante deste estimador é o de poder ser utilizado em amostras com dados censurados³⁸, o que para este tipo de análise é fundamental.

Para além da análise agregada, um dos pontos de maior interesse deste tipo de análise é a comparação das funções de sobrevivência e de risco das empresas de acordo com algumas das suas características (dimensão, sector de actividade económica, natureza jurídica, localização geográfica, etc.). Nestes casos, existe um conjunto de testes que pode ser aplicado para determinar se, em termos estatísticos, as taxas de sobrevivência apresentadas pelas empresas são de facto distintas.

Quando não existem observações censuradas, os habituais testes de comparação de amostras podem ser utilizados. Quando existem dados censurados, como é o caso da presente análise, têm de ser feitas algumas alterações a esses procedimentos.

Na condução desta análise foram utilizados os testes *log-rank* e *Wilcoxon*, na medida em que o primeiro tende a dar mais peso às diferenças verificadas entre as amostras nos anos mais tardios da sobrevivência, ao passo que o teste de *Wilcoxon* dá maior relevância aos primeiros anos de vida. Uma vez que os restantes testes se

³⁸ Entendem-se por dados censurados aqueles que são parcialmente desconhecidos no âmbito de determinada amostra. Neste estudo, as observações censuradas representam empresas que passaram todo o período de análise sem terem cessado actividade o que se justifica por se ter parado a recolha de dados antes de isso acontecer.

situam, geralmente, numa situação intermédia, havendo concordância nos resultados apresentados pelos dois testes seleccionados, a probabilidade dos restantes apresentarem resultados coincidentes será bastante elevada³⁹. Ambos os testes têm como hipótese nula a igualdade das funções de sobrevivência, caso em que seguem uma distribuição χ^2 com $k - 1$ graus de liberdade, em que k é o número de amostras em teste.

³⁹ Lawless (2003) apresenta o processo de derivação deste tipo de testes.